



# LAW

## Relatório Síntese

Deliverable 10 de outubro de 2022

Sanja Barić<sup>1</sup>, Matija Miloš<sup>1</sup>, Iva Tuhtan Grgić<sup>1</sup>, Sandra Debeljak<sup>2</sup>,  
Maja Gligora Marković<sup>3</sup>

1 UNIVERSIDADE DE RIJEKA, FACULDADE DE DIREITO, HAHLIĆ 6, RIJEKA, CROÁCIA

2 POLITÉCNICO RIJEKA, TRPIMIROVA 2/5, RIJEKA, CROÁCIA

3 UNIVERSIDADE DE RIJEKA, FACULDADE DE MEDICINA, BRAĆE BRANCHETTA 20, RIJEKA,  
CROÁCIA



**Co-funded by  
the European Union**

# Informação acerca do *deliverable*

Grant Agreement Número	
<b>Acrónimo do projeto</b>	THE LAW PROJECT
<b>Título do projeto</b>	Law in Everyday Life
<b>Duração do projeto</b>	01-11-2021 – 01-11-2024 (36 meses)
<b>WP</b>	WP1 – LEGAL LITERACY COMPETENCE FRAMEWORK
<b>Tarefa</b>	A.1.2 MAPPING ANALYSIS
<b><i>Deliverable</i></b>	A.1.2. SYNTHESIS REPORT
<b>Estado</b>	Versão final
<b>Versão número</b>	2.0
<b>Responsável pelo <i>deliverable</i></b>	UNIRI
<b>Nível de disseminação</b>	Público
<b>Data limite de entrega</b>	26 de outubro de 2022
<b>Data de submissão</b>	26 de outubro de 2022

2

## Coordenador do projeto

<b>Nome</b>	Maja Šarić
<b>Organização</b>	FORUM FOR FREEDOM IN EDUCATION
<b>Email</b>	msaric@fso.hr
<b>Morada</b>	Đorđićeva 8, 10000 Zagreb, Croácia

## Histórico de versões

Versão	Data	Autor/a	Descrição
1.0	10.10.2022.	Ver abaixo	Relatório síntese
2.0	26.10.2022.	Ver abaixo	Relatório síntese

## Lista de autores

Nome	Organização
Full. Prof. Sanja Barić	<i>Universidade de Rijeka, Faculdade de Direito</i>
Assist. Prof. Matija Miloš	<i>Universidade de Rijeka, Faculdade de Direito</i>
Assoc. Prof. Iva Tuhtan Grgić	<i>Universidade de Rijeka, Faculdade de Direito</i>
Sandra Debeljak, PhD	<i>Politécnico de Rijeka</i>
Maja Gligora Marković, PhD	<i>Universidade de Rijeka, Faculdade de Medicina</i>

# Resumo do projeto

“A União funda-se nos valores (...) da democracia, (...) do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem (...). Estes valores são comuns aos Estados-Membros (...)”. Esta citação do artigo 2º do Tratado da União Europeia demonstra que a democracia, o Estado de direito e os direitos do Homem estão entre os valores fundamentais da UE. No entanto, nem todos os cidadãos europeus estão cientes destes, em especial os mais jovens. Desta forma, o projeto *Law in Everyday Life* contribui para desenvolver os valores comuns, o envolvimento cívico e a participação dos cidadãos, enfatizando a literacia jurídica básica como uma das competências necessárias para um indivíduo ser ativo na comunidade democrática a qualquer nível. O projeto defende a ideia de que a literacia jurídica básica e a sua promoção na educação e noutros contextos educativos deve ser um pré-requisito para um sistema democrático na EU e nos estados-membros. Apenas os cidadãos que conhecem e compreendem os conceitos, termos e princípios jurídicos básicos podem promover a democracia, apoiar o Estado de direito e proteger os direitos fundamentais.

A Recomendação do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida<sup>1</sup> evidencia a necessidade de capacitar os jovens sobre os principais conceitos e estruturas jurídicas. Existe uma falta de estudos e investigação neste campo, que ajudaria a elaborar um Quadro de Competências para a literacia jurídica básica para alunos de 14 e 18 anos. Para superar esta lacuna, estas competências serão mapeadas em cooperação com especialistas e profissionais das áreas do direito e da educação.

O objetivo geral do projeto é promover a literacia jurídica básica nas escolas. Este objetivo será alcançado através do desenvolvimento de um Quadro de Competências para a literacia jurídica básica para alunos de 14 e 18 anos. Este Quadro de Competências permitirá que qualquer interessado na área da educação seja capaz de desenvolver programas, projetos, disciplinas, materiais ou atividades educativas com o objetivo de aumentar a literacia jurídica básica. Para além disso, serão produzidos materiais de ensino e aprendizagem tanto para professores como para estudantes, acerca de conceitos e estruturas jurídicas. O principal objetivo do projeto é consciencializar os cidadãos acerca da importância da literacia jurídica não apenas na educação como na vida quotidiana.

---

<sup>1</sup> O documento pode ser consultado [aqui](#)

# Índice

1. Introdução.....	8
2. Resultados dos focus groups.....	11
2.1. Introdução.....	11
2.2. Focus groups com professores .....	12
2.2.1. Reconhecimento e aplicação do Direito .....	12
2.2.2. Ensino do Direito.....	15
2.2.3. Conhecimento do Direito e da lei.....	18
2.3. Focus groups com alunos.....	23
2.3.1. Reconhecimento e aplicação do Direito .....	23
2.3.2. Benefícios do Direito .....	25
2.3.3. Formas de aprender o Direito e as leis.....	27
2.4. Conclusão.....	29
3. Resultados do questionário de literacia jurídica.....	30
3.1. Introdução.....	30
3.2. Descrição do questionário e a sua aplicação.....	30
3.3. Estrutura dos tópicos relevantes para a literacia jurídica elementar .....	31
3.3.1. Estrutura da literacia jurídica elementar para jovens de 14 anos .....	31
3.3.1.1. Relações familiares .....	31
3.3.1.2. Realidade virtual.....	33
3.3.1.3. Vida privada e entretenimento .....	34
3.3.1.4. Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado.....	35
3.3.1.5. Outros tópicos de interesse para a literacia jurídica elementar para jovens de 14 anos	36
3.3.2. Estrutura da literacia jurídica elementar para jovens de 18 anos .....	38
3.3.2.1. Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado .....	38
3.3.2.2. Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado.....	39
3.3.2.3. Noções básicas do direito civil .....	40
3.3.2.4. Empreendedorismo e trabalho.....	42

3.3.2.5. Outros tópicos de interesse para a literacia jurídica elementar para jovens de 18 anos	43
3.3.3. Tópicos menos relevantes ou totalmente irrelevantes para a literacia jurídica elementar .....	43
3.4. Conclusão.....	44
4. <i>Conclusão</i> .....	46

# Sumário Executivo

O relatório síntese foi preparado por uma equipa de membros da Universidade de Rijeka e do Politécnico de Rijeka: Professora Sanja Barić (Faculdade de Direito de Rijeka), Doutora Sandra Debeljak (Politécnico de Rijeka), Doutora Maja Gligora Marković (Faculdade de Medicina de Rijeka), Professora Associada Iva Tuhtan Grgić (Faculdade de Direito de Rijeka) e Professor Associado Matija Miloš (Faculdade de Direito de Rijeka). Este relatório é um resultado da atividade A.01.2, do WP1 do projeto *Law in Everyday Life* (projeto número 2021-1-HR01-KA220-SCH-000031584), financiado através do programa Erasmus+ (KA220-SCH – Cooperation partnership in school education).

O objetivo geral do projeto é explorar o grau de literacia jurídica apropriado para certos países europeus (Croácia, França, Itália e Portugal), tendo dois objetivos fundamentais. Tem dois objetivos fundamentais. Por um lado, a intenção é desenvolver um quadro de competências para os estudantes do último ano do ensino básico e secundário. O quadro deve definir o nível de literacia jurídica que deve ser alcançado por esses grupos de estudantes. Como isto é impossível sem um ensino adequado, o segundo objetivo do projeto é ajudar a preparar aqueles que se espera que ensinem literacia jurídica. Isto inclui a formação do corpo docente, bem como o desenvolvimento de materiais didáticos.

O relatório síntese apresenta uma análise comparativa de quatro relatórios nacionais. Cada relatório nacional contém dados e resultados da metodologia aplicada num país específico preparado como documentos de trabalho, contém dados e resultados da metodologia aplicada num país específico (resultados de grupos de trabalho/ investigação qualitativa e resultados de questionário legal/ investigação quantitativa na Croácia, França, Itália e Portugal). Os resultados contidos neste relatório proporcionarão uma base para o desenvolvimento de materiais para o ensino de um nível elementar de literacia jurídica, ou seja, uma base fundamental para o desenvolvimento de um quadro de competências.

# 1. Introdução

A literacia jurídica revela-se um elemento importante para a cidadania ativa e um pré-requisito necessário para o bom funcionamento do Estado de direito. Para além disso, evidências dos países parceiros no projeto demonstram que:

- *Na Croácia, "tanto o sistema jurídico global como a instituição central do Estado enfrentam uma taxa de desconfiança muito elevada. Assim, 90,3% da população não confia no Parlamento croata, 82,5% no governo e 82,5% no sistema judicial"<sup>2</sup>. Para além disso, "dentro dos currículos escolares de 2019 existem poucos tópicos que possam ser considerados como parte de uma literacia jurídica básica (Estado de direito, eleições e processo eleitoral, direitos humanos, organização do governo estatal e local, etc.). A principal falha é (...) que estes fazem parte de um tópico educacional transversal (Educação Cívica) cujo ensino na sala de aula depende da prontidão (e preparação) de professores para relacionar tópicos transversais com os seus tópicos obrigatórios de curso"<sup>3</sup>.*
- *Em França, "segundo uma sondagem da CSA realizada em 2014, mais de três quartos dos cidadãos franceses (77%) pensam que o sistema de justiça funciona "mal". (...) Nove em cada dez franceses acreditam que é difícil para um cidadão compreender como funciona a justiça"<sup>4</sup>.*
- *Contudo, "a educação cívica, jurídica e social é agora uma componente estabelecida da educação seguida por todos os estudantes do ensino secundário (liceu). Assume o seu lugar numa "via cívica" de formação cívica, que começa na escola primária e se desenvolve mais no ensino secundário. Nos últimos anos do ensino secundário, o Direito é ensinado como disciplina opcional no bacharelato geral ou como disciplina obrigatória no bacharelato técnico STMG (Ciências & Tecnologias de Gestão). (...) O Direito é ensinado como disciplina de educação moral e cívica pelos professores de História e Geografia"<sup>5</sup>.*
- *Em Itália, "houve uma redução drástica do número de disciplinas de direito nas escolas, depois houve a reintrodução da disciplina 'educação cívica', que poderia ter sido uma grande oportunidade para os professores de direito, mas é uma disciplina transversal e todos os professores a podem ensinar. É necessário aumentar as horas de direito e de economia e incluí-las em todas as escolas secundárias"<sup>6</sup>.*
- *Em Portugal "de acordo com um estudo desenvolvido por um escritório de advogados português, Abreu Advogados, os cidadãos portugueses têm um baixo nível de literacia jurídica.*

---

<sup>2</sup> Forum za slobodu odgoja (Mario Bajkuša), *National report – Croatia*, p. 5.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>4</sup> Pistes Solidaires (Soha El Jammal, Anita Pépicq), *National report – France*, pp. 15-16.

<sup>5</sup> *Ibid.*, pp. 12 and 14.

<sup>6</sup> Centro per lo Sviluppo Creativo 'Danilo Dolci' (Irene Ippolito), *National report – Italy*, p. 10.



*Este estudo salienta que os cidadãos ainda precisam de ter a figura do advogado num escritório, para que possam ser orientados nos aspetos jurídicos das suas vidas. Um dos principais motivos para este baixo nível de literacia jurídica é o facto de o sistema jurídico português ter sido sempre lento e não responder imediatamente às necessidades dos cidadãos. Além disso, os jovens normalmente não têm um contacto direto com conceitos e situações jurídicas, uma vez que isto só é ensinado no 12º ano (estudantes de 17/18 anos) como disciplina opcional no curso de Humanidades e Línguas<sup>7</sup>.*

O próprio conceito de literacia jurídica requer uma compreensão mais profunda. A sua explicação teórica transcende o âmbito deste projeto e, conseqüentemente, do presente relatório. No entanto, a equipa de investigação analisou a questão e tomou como ponto de partida as seguintes premissas:

- *Um programa de literacia jurídica não deve reduzir o ensino o ensino dos conceitos base do direito à aprendizagem de normas jurídicas de cor. Em primeiro lugar, se tal for feito, o esforço de introduzir a literacia jurídica será transformada numa nova oportunidade de aprender memorizando os materiais de estudo. Como consequência, os professores e alunos irão apenas abordar de forma superficial os problemas subjacentes ao direito, desenvolvendo superficialmente o conhecimento relacionado com o tópico. Para além disso, tal abordagem não transmitiria uma especificidade chave do direito ao corpo docente e aos estudantes. Esta especificidade não é a linguagem utilizada para escrever e falar da lei. A linguagem do direito a um nível básico reflete a linguagem quotidiana e não pode ser simplesmente reduzida a uma linguagem profissional<sup>8</sup>. O que torna o direito específico é o "discurso invisível" do qual depende, ou seja, "as expectativas que não encontram expressão explícita em nenhum lado, mas fazem parte da cultura jurídica"<sup>9</sup>. O funcionamento da linguagem jurídica é possível porque os seus participantes são conhecedores destas expectativas e agem em conformidade. Um programa elementar de literacia jurídica deve introduzir tanto o corpo docente como os estudantes a tais expectativas, aos seus desafios e à forma como se pode ultrapassar esses desafios.*
- *Tendo esta omnipresença da lei em mente, a literacia jurídica pode ser definida como o "grau de competência no discurso jurídico necessário para uma vida significativa e ativa"<sup>10</sup>. A literacia jurídica não significa que possamos citar algumas das regras a que chamamos "o direito", mas que podemos encontrar o nosso caminho nas dimensões jurídicas das relações sociais. Tendo esta omnipresença da lei em mente, a literacia jurídica pode ser definida como o "grau de competência no discurso jurídico necessário para uma vida significativa e ativa". A literacia jurídica que define não significa que possamos citar algumas das regras a que chamamos "o*

---

<sup>7</sup> INOVA+ (Maria Rodrigues, Mariana Carola); Agrupamento de Escolas de Vilela (António Baptista, Joaquim Rodrigues, Sérgio Oliveira), *National report – Portugal*, p. 10.

<sup>8</sup> Visković, Nikola (1989) *Jezik prava*. Naprijed: Zagreb, p. 25.

<sup>9</sup> White, James Boyd, *The Invisible Discourse of the Law: Reflections on Legal Literacy and General Education*, University of Colorado Law Review, Vol 54, No 2, pp 143-159, p. 146.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 144.

*direito", mas que podemos encontrar o nosso caminho nas dimensões jurídicas das relações sociais. Se tivermos conhecimento básico em direito, devemos ser capazes de identificar a dimensão jurídica das nossas interações com os outros, e não apenas em controvérsias políticas ou públicas. Para além disso, a literacia jurídica deveria capacitar-nos para "ler" estes aspetos jurídicos das nossas interações a algum nível elementar. Por último, deveríamos ser capazes de encontrar o nosso caminho dentro da lei que regula o nosso comportamento. Não se deve esperar que um cidadão leigo seja tão conhecedor como um advogado, mas qualquer cidadão deve ter uma compreensão básica da lei, ser capaz de reconhecer quando necessita de assistência jurídica e saber onde procurá-la.*

Com base em ambas as premissas e dado que o conceito de lei é tão complexo, o consórcio realizou uma pesquisa acerca das qualidades específicas de legalidade dentro de jurisdições individuais. Por esse motivo, o projeto implementou um método de investigação que irá adaptar o quadro de competências e os materiais didáticos relevantes às necessidades dos cidadãos em diferentes jurisdições europeias. A metodologia englobou a realização *focus groups* com alunos e professores e a distribuição de um questionário cuidadosamente adaptado aos profissionais do direito que têm conhecimentos especializados com crianças ou adolescentes. (Ambas as metodologias são explicadas mais detalhadamente no início do capítulo 2 e 3, respetivamente).

O relatório síntese apresenta uma análise comparativa de quatro relatórios nacionais. Cada relatório nacional contém dados e resultados da metodologia aplicada num país específico preparado como documentos de trabalho, contém dados e resultados da metodologia aplicada num país específico (resultados de grupos de trabalho/ investigação qualitativa e resultados de questionário legal/ investigação quantitativa na Croácia, França, Itália e Portugal). Os resultados contidos neste relatório proporcionarão uma base para o desenvolvimento de materiais para o ensino de um nível elementar de literacia jurídica, ou seja, uma base fundamental para o desenvolvimento de um quadro de competências.

# 2. Resultados dos *focus groups*

## 2.1. Introdução

Esta parte do relatório síntese inclui um resumo dos dados recolhidos através dos *focus groups* e apresentados nos relatórios nacionais. A investigação qualitativa através de *focus groups* teve como objetivo a recolha de dados de dois grupos-alvo diferentes, sendo que o primeiro grupo-alvo foi o dos professores. Com o objetivo de conduzir a discussão numa determinada direção, foi desenvolvido um Catálogo de Questões que consistiu em 12 questões divididas em 3 áreas: **reconhecimento e aplicação do Direito, ensino do Direito e conhecimento do Direito e da lei**. O segundo grupo-alvo consistiu em alunos de 14 e 18 anos, para os quais foi criado um Catálogo de Questões diferente. O segundo Catálogo de Questões incluiu 14 questões, estando também dividido em 3 áreas: **reconhecimento e aplicação do Direito, benefícios do Direito e formas de aprender o Direito e as leis**. Embora existam algumas sobreposições, como é o caso da convergência das áreas, existem também diferenças importantes nos tópicos e no foco de cada *focus group*. É importante referir que os *focus groups* com aluno de 14 e 18 anos foram realizados separadamente.

Os *focus groups* foram realizados em cada país parceiro no projeto (Croácia, Portugal, Itália e França) durante o período entre fevereiro e junho 2022. Os *focus groups* contaram com a participação de 30 professores e 78 alunos. Os professores que participaram no estudo são predominantemente da área de ciências sociais e humanidades (história, geografia, línguas, economia e ciências políticas). Alguns dos professores que participaram no estudo já ensinaram alguns conteúdos jurídicos no âmbito da disciplina de educação cívica, incluída no currículo nacional francês. Em relação à divisão por género, predominam professores do sexo feminino (75%). No que diz respeito aos alunos, tanto os estudantes do sexo masculino como feminino foram incluídos nos *focus groups*, embora o número de estudantes do sexo feminino tenha sido ligeiramente superior (58%).

Devido ao contexto pandémico, os *focus groups* foram realizados parcialmente em contexto físico e parcialmente online. No caso de um dos *focus groups* com professores, não foram registados elementos de comunicação não-verbal devido a dificuldades técnicas que levaram a que as câmaras tivessem de ser desligadas. Adicionalmente, um parceiro criou um questionário Google contendo perguntas do questionário para o *focus group* dos professores, aumentando assim o número e a variedade de respostas, mas dificultando a discussão entre os participantes

Todos os participantes dos *focus groups* assinaram o Consentimento Informado para participar na investigação e a correspondente Declaração de Confidencialidade de Dados. Os *focus groups* foram registados, depois transcritos e codificados. A análise dos *focus groups* consistiu na leitura das transcrições para cada parte do conteúdo do *focus group* e na extração de conteúdos específicos e elementos de comunicação não-verbal, para além de determinados conteúdos identificados. As respostas dos professores e dos alunos às perguntas dos *focus groups* foram codificadas com uma interpretação ampla dos conceitos, conhecimentos, aptidões e valores. A codificação não teve como objetivo identificar o conhecimento exato dos conceitos, termos e definições, mas sim mapear o que professores e alunos consideram importante no contexto de uma questão específica. Como resultado da investigação, foi criada uma rede de respostas. Algumas respostas tiveram uma elevada frequência, mas houve também algumas respostas autónomas muito interessantes. É precisamente esta diversidade de ideias e conceitos que traz maior valor da investigação em grupos focais.

## 2.2. *Focus groups* com professores

### 2.2.1. Reconhecimento e aplicação do Direito

A discussão com os professores começou com a questão introdutória “Como reconhecem o direito?”. O objetivo desta questão foi fazer com que os participantes refletissem sobre como a lei é vista como um fenómeno social. Para além disso, esta pergunta deveria demonstrar um nível de compreensão da diferença entre o que é e o que não é uma norma legal, ou seja, a sua perceção de onde a lei afeta a sua vida quotidiana. A discussão nos *focus groups* sobre como reconhecer a lei foi em duas direções. Num dos grupos, os participantes concentraram-se principalmente na deteção de diferentes situações em que a lei afeta a sua vida quotidiana. Nos outros grupos, os inquiridos identificaram as características específicas da lei

As numerosas áreas em que os professores reconheceram a presença do direito é lógica, dado que praticamente todas as partes da nossa vida diária são marcadas pela presença do direito, normas e regras do direito. Na maioria das vezes, reconheceram o direito em diferentes situações relacionadas com o local de trabalho - desde as normas legais que regulam as relações laborais, passando pelo seu dever de aplicar regulamentos relacionados com o ensino e o trabalho com os estudantes, até à possibilidade de participar nas consultas públicas para a elaboração dos currículos através da plataforma virtual "e-Consultations". Como componentes do reconhecimento das normas legais no seu local de trabalho, os professores mencionaram recursos e alegações escritas, processos por violação das relações laborais, regras relacionadas com a tarifa horária (norma), e a sua obrigação de conhecer os estatutos que regem o trabalho numa instituição de ensino. Trabalhar com os estudantes também exige que um professor esteja familiarizado com um grande número de leis e regulamentos relacionados com a organização das aulas e outras atividades na escola, bem como compreender o currículo, que também está

relacionado com os estatutos. Alguns dos inquiridos deparam-se mais frequentemente com leis e regulamentos legais como resultado dos cursos que ensinam (história) ou das atividades de projeto em que participam (por exemplo, simulação do trabalho do parlamento croata). Curiosamente, um dos inquiridos observou que nos casos em que a escola realiza Erasmus+ ou projetos semelhantes "muito está regulamentado e não se pode sair destes quadros".

Os professores (mas também os estudantes) concordam que as regras escolares (tal como a lei em geral) devem ser consideradas como uma proteção contra a arbitrariedade. Os professores reconhecem-na como uma restrição, mas também como um regulamento necessário para o benefício da sociedade, uma vez que reforça a autoridade dos diretores e dos professores e o bem-estar dos alunos

Outra área em que os professores reconhecem a lei e a sua aplicação refere-se a situações da vida privada em que se encontraram como consumidores, quando o conhecimento da lei é necessário para proteger os seus direitos de consumidores. Os inquiridos reconhecem as leis e a sua aplicação nos casos em que utilizam vários serviços, por exemplo, os serviços bancários e no exercício do seu direito aos cuidados de saúde. Reconhecem igualmente a presença da lei nos procedimentos de obtenção de diferentes documentos pessoais. Durante a discussão sobre a obtenção de documentos pessoais, o exercício do direito ao seguro de saúde e a utilização de serviços bancários, os participantes expressaram um humor cínico. Além disso, embora com menos frequência, foram observadas frustração, ligeira agitação, irritabilidade, insatisfação e desilusão, bem como raiva ao falar. Estes elementos de comunicação não-verbal poderiam estar relacionados com uma desconfiança geral nos sistemas particulares mencionados, bem como no sistema jurídico em geral.

No *focus group* que se centrou principalmente na deteção de situações de vida em que os inquiridos se deparam com a lei, elementos muito frequentes de comunicação não-verbal foram o aceno afirmativo da cabeça e as interjeições, que os líderes do *focus group* interpretaram como sinais de descontração dos inquiridos durante a conversa e elevado acordo mútuo e complementaridade com a sua própria opinião ou experiência.

Alguns inquiridos só reconheceram a lei quando perceberam que "algo não funciona", quando "não sabem o que mais fazer", "através da injustiça", e finalmente "através de processos judiciais". Embora reconheçam a lei em situações de conflito, ao mesmo tempo, indicam que tais conflitos possam ser resolvidos através do diálogo e do acordo mútuo. Alguns professores mencionaram a importância de aplicar princípios éticos.

Um número significativo de professores associa o direito a diferentes instituições envolvidas no processo de implementação de fontes legais (os tribunais e o Ministério Público), ou "encontram a lei no Estado" e nos regulamentos legais. Reconhecem a lei de acordo com a sua origem e o tipo de fonte legal, alguns reconhecem leis e outros estatutos como atos escritos em artigos, votados no parlamento e publicados no jornal oficial. Resulta das respostas acima a ideia de que os professores estão cientes da existência de vários atos jurídicos, bem como que sabem onde os encontrar. Os professores também mencionaram atos jurídicos como fonte para "identificar o

gabinete responsável pelo tema". Alguns professores procuram por si próprios atos jurídicos e utilizam-nos durante as aulas.

Os participantes também reconhecem a lei pela sua gíria e pelos artigos jurídicos distintos. Muitos professores concordam que a linguagem jurídica é caracterizada por uma grande complexidade e que a compreensão do direito requer a ajuda de profissionais. A necessidade de tal ajuda é especialmente importante em situações complexas.

Um inquirido assinalou que os prestadores de serviços (funcionários dos bancos) muitas vezes não compreendem a importância da leitura cuidadosa de todas as disposições contratuais, o que indica a sua insuficiente literacia jurídica.

Um dos inquiridos afirmou que muitas vezes nem sequer reconhece a lei e que, por isso, os estudantes poderiam então reconhecê-la ainda menos.

Reconhecimento e aplicação do direito (professores)							
Portugal		França		Itália		Croácia	
Há uma grande complexidade na linguagem jurídica	7	Através da sua origem e fonte	3	Através da sua origem e fonte	1	No domínio das relações laborais	8
O acordo mútuo e o diálogo podem resolver conflitos	4	Através da gíria jurídica e legal	3	Acesso a legislações	1	Através do ensino e do trabalho com estudantes	5
Encontram a Lei no Estado	4	Textos votados pelo parlamento	2	Identificar o gabinete responsável pelo tema	1	Ao utilizar os serviços bancários	3
Situações complexas implicam o envolvimento de profissionais	3	Textos publicados no jornal oficial	2	Através de artigos	1	Como consumidor	2
Associação aos Tribunais	3					Ao utilizar a plataforma "e-counselling"	2
Encontram o Direito em regulamentos legais	3					Através de processos judiciais	1
Princípios éticos podem resolver conflitos	2					Ao exercer o direito aos cuidados de saúde (doença dos familiares)	1
Associação ao Ministério Público	2					Quando algo não funciona	1
Necessidade de profissionais para compreender a Lei	2					When you don't know what else to do	1
Associação a regulamentos legais	2					Através da injustiça	1
						Na obtenção de documentos pessoais	1

						"Não reconheço o Direito"	1
Há uma grande complexidade na linguagem jurídica	7	Através da sua origem e fonte	3	Através da sua origem e fonte	1	No domínio das relações laborais	8

## 2.2.2. Ensino do Direito

A discussão que foi conduzida no âmbito da segunda área chave visava explorar as experiências dos professores (obtidas até agora) no ensino do direito e as suas reflexões sobre as melhores práticas no ensino do direito. A maioria dos professores participantes nos *focus groups* não tinha experiência no ensino do direito, mas esperava-se que os seus conhecimentos como pedagogos e educadores fossem muito valiosos. Nomeadamente, a sua rica experiência de ensino em diferentes campos pode ajudar a desenvolver métodos de ensino adequados ao ensino do direito como uma disciplina distinta. Com base na discussão anterior sobre o que é o direito e onde é aplicado, bem como quais são os problemas na sua identificação e compreensão, o moderador quis saber que conhecimentos e competências especiais, de acordo com os participantes, são necessários para a compreensão do direito. As perguntas preparadas para os professores, a fim de orientar a discussão, foram as seguintes "O direito é uma disciplina que requer competências e conhecimentos especializados, certos tipos de leitura, escrita e expressão oral. Quais são as suas impressões sobre estas competências", "Como pode o direito ser ensinado" e "Quais são os obstáculos no ensino do direito".

Na maioria dos *focus groups* a discussão evoluiu no sentido de métodos de ensino para o ensino do direito, enquanto a discussão sobre as aptidões, conhecimentos e competências necessárias foi discutida no ponto 3. Conhecimento do Direito e da lei. Esta parte do relatório explora apenas a parte da discussão que se refere aos métodos de ensino. Nesta parte do relatório, existe também um catálogo de circunstâncias que os professores indicaram como razões que os tornam interessados em tornar-se professores de direito, bem como circunstâncias que os dissuadem de ensinar direito. A análise da discussão que teve lugar em relação às aptidões, conhecimentos e competências pode ser encontrada sob o título 2.2.3. Conhecimento do Direito e da lei.

Alguns professores concordaram que a lei da aprendizagem pode ser uma experiência incrivelmente desinteressante e complexa. A fim de tornar a experiência de ensino e aprendizagem mais interessante e acima de tudo útil para os estudantes, foram propostos vários métodos. Todos eles são interativos e centrados no estudante, visando principalmente a aplicação da lei em situações específicas

Como o método mais importante de ensino do direito, os professores favoreceram o direito de aprendizagem através de casos e exemplos práticos (casos de estudo). Embora tenham afirmado que as situações da vida real são a melhor forma de dominar a literacia jurídica básica, os casos



de estudo também podem ser concebidos para fins pedagógicos. Outro método semelhante, mencionado pelos professores, foi o método de aprendizagem baseado em projetos. No entanto, ao escolher e preparar exemplos, dever-se-ia avançar dos mais simples para os mais complexos, discutindo ao longo de diferentes pontos de vista. Esses casos deveriam ser situações de vida, tais como compras online e assinatura de um contrato para um serviço móvel celebrado fora das instalações da empresa. Além disso, os inquiridos referiam-se a áreas específicas que julgam dever ser ensinadas, tais como os direitos de autor, a utilização da propriedade intelectual, os regulamentos sobre bolsas de estudo e os direitos dos estudantes. Os professores acreditam que a teoria do ensino sem esta parte prática iria afastar os estudantes devido à "natureza administrativa da linguagem jurídica". Eles acreditam que a língua não deve ter demasiados termos profissionais, mas o conteúdo deve ser claro e adaptado ao nível a que é ensinado.

Para além disso, os professores identificaram como benéfico no ensino da lei a utilização do trabalho colaborativo e do trabalho em pares a fim de se prepararem apresentações em sala de aula e discutirem temas-chave com a turma. Os professores sugeriram que através do trabalho e discussão em conjunto, bem como da apresentação das próprias experiências dos alunos sobre, por exemplo, os regulamentos internos da escola, eles podem aprender sobre a lei e a sua aplicação. Os alunos devem ser encorajados a debater questões-chave com a turma. Conhecer de cor a norma legal e a sua aplicação ao caso foi também proposto como método de ensino da lei, assim como organizar um debate sobre a relação entre o direito e a justiça. Alguns participantes sugeriram a utilização de mapas conceptuais.

A utilização de métodos alternativos e modernos como a criação de um blog ou podcast sobre temas jurídicos de interesse foi também uma das ideias trazidas pelos professores.

Como já foi mencionado, os julgamentos simulados com estudantes que atuam como advogados, testemunhas e jurados podem ser um método muito útil de ensino do direito, bem como simulações e encenações.

Muitos inquiridos reconhecem a importância da participação de peritos jurídicos na educação dos estudantes. Acreditam que o sistema educativo clássico existente (em França) deveria ser complementado e apoiado por atores do campo do direito que trarão um testemunho daquilo que experimentam na sua vida quotidiana de uma forma mais real e realista. Os professores também insistiram no facto de que o ensino do direito nas escolas "tornaria o direito um pouco mais vivo e mais próximo da realidade para os estudantes que estão cada vez mais inspirados pelas séries americanas que nada têm a ver com o direito francês".

No que diz respeito à necessidade de ensinar direito (noções básicas de literacia jurídica) como disciplina especial, alguns inquiridos consideram que as aptidões e competências necessárias podem ser (e já são) ensinadas nos conteúdos das disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades.

Alguns professores são atraídos pela ideia de que iriam ensinar direito porque teriam de dominar os princípios básicos do direito para transmitir os seus conhecimentos. Esses professores veem a aprendizagem do direito como um desafio e uma forma de construir a sua educação. Por outro lado, alguns professores salientam que a falta de interesse por parte dos estudantes poderia ser um fator desmotivante. Também veem o enorme número de fontes legais como um fator



dissuasor. Além disso, a qualidade e a técnica de escrever atos jurídicos tem diminuído nos últimos anos, "várias alterações são inseridas, e nem sempre são tidas em conta a coerência e a harmonização", tornando a linguagem jurídica difícil de compreender tanto para alunos como para professores. Como circunstância agravante adicional para o ensino do direito, os professores salientaram que a maioria dos estudantes tem dificuldades na simples compreensão textual, bem como na elaboração e ainda mais na exposição pessoal de um conceito. Isto é suscetível de ser também um problema no ensino do direito.

Reconhecimento e aplicação do direito (professores)							
Portugal		França		Itália		Croácia	
O excesso de documentos com a especificação do decreto-lei	6	Casos de estudo (reais ou fictícios)	7	Casos práticos e exemplos	3	Situações da vida real	6
O conhecimento atrai-me e encoraja-me a ser capaz de transmitir, de me tornar mais instruído, de aprender mais sobre o direito	4	Trabalhar com um parceiro para preparar apresentações para as aulas.	3	Utilização de mapas conceptuais	1	Áreas específicas	5
Nos conteúdos das disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades	2	Intervenções de profissionais da área do Direito	2			Casos de estudo	4
Partindo de casos práticos / Método de aprendizagem baseado em projetos	2	Discutir as questões-chave com a turma.	2			Envolvimento de advogados/ antigos alunos nas aulas	1
Por pessoas com conhecimento da área e motivação	1	Discussão e partilha com os alunos sobre a sua própria experiência, por exemplo, o regulamento interno da escola	1			Simulações de julgamentos	1
Contacto com a legislação numa idade mais jovem	1	Criar um blog ou podcast sobre temas jurídicos de interesse.	1				
Com trabalho colaborativo	1	Conhecer de cor a lei e a sua aplicação	1				
A possível falta de interesse e motivação por parte dos estudantes	1						

### 2.2.3. Conhecimento do Direito e da lei

Na última área temática, os participantes do *focus group* foram convidados a partilhar a sua perceção sobre a literacia jurídica, como veem uma compreensão básica do direito e como avaliam a sua própria literacia jurídica. Foi feita uma tentativa de descobrir pelos professores qual seria, na sua opinião, o conteúdo de uma desejável literacia jurídica básica.

Como motivo e objetivo básico do ensino do direito entre os jovens, os inquiridos mencionaram a necessidade de desenvolver a consciência para lutar pelos seus direitos, de lhes explicar como é importante exercer os seus direitos, de reforçar os estudantes para procurarem ajuda e de os encorajar a denunciar as irregularidades. O ensino da literacia jurídica básica deveria sensibilizar os estudantes para o facto de que podem defender (os seus) direitos e contribuir assim para mudanças positivas para si próprios, mas também para a comunidade em geral, aumentando a influência da sociedade civil. Os professores acreditam que a literacia jurídica básica é necessária para o reconhecimento dos nossos direitos e deveres. De acordo com os participantes, permite o "exercício de uma cidadania esclarecida, participativa e solidária". Os estudantes devem ser ensinados a serem membros ativos da comunidade e devem ser encorajados a exercer o seu direito de voto. Uma vez que apenas aqueles que conhecem os seus direitos podem exercê-los, aprender sobre a lei e o direito é certamente um benefício. Os inquiridos acreditam que, para os que conhecem a lei, não há necessidade de ajuda de outros quando se trata de assuntos legais.

Os professores consideram essencial fazer compreender aos alunos que têm direitos como o direito à educação, tal como estabelecido na Carta dos Direitos da Criança, a liberdade de consciência e de expressão (bem como sobre a laicidade em França<sup>11</sup>), mas também obrigações como o respeito pelos professores, os horários escolares, a escola como instituição, e a adoção da linguagem correta (ou seja, a compreensão e a utilização da técnica terminológica apropriada). Esta dupla faceta de direitos e deveres é simultaneamente muito interessante e enriquecedora porque permite aos estudantes compreender "o conceito de dar e receber que assegurará uma coexistência justa e equilibrada". Os professores salientaram o papel da lei como "uma técnica fundamental para organizar a sociedade sem a qual não seria possível viver, assegurando uma coexistência pacífica". Ao mesmo tempo, reconhecem uma lei "como um poder nas mãos do indivíduo, o indivíduo que opera dentro da comunidade e exerce legitimamente um poder reconhecido pelas regras". De acordo com o entendimento do professor, a compreensão dos direitos e obrigações como sendo diferentes faces da mesma moeda é importante para manter a ordem escolar e reforçar a autoridade do professor.

---

<sup>11</sup> O princípio constitucional do secularismo em França, decorrente do artigo 1 da Constituição Francesa, é geralmente interpretado como desencorajando o envolvimento religioso nos assuntos governamentais, especialmente a influência religiosa na determinação das políticas do Estado. Proíbe também o envolvimento do governo em assuntos religiosos, e especialmente proíbe a influência do governo na determinação da religião. Laïcité em França não exclui o direito ao livre exercício da religião. Para mais detalhes ver, por exemplo [https://www.gouvernement.fr/sites/default/files/contenu/piece-jointe/2017/02/libertes\\_et\\_interdits\\_eng.pdf](https://www.gouvernement.fr/sites/default/files/contenu/piece-jointe/2017/02/libertes_et_interdits_eng.pdf).

O mesmo se aplica às relações no seio da família - os estudantes devem estar, na opinião dos professores, familiarizados com os princípios básicos do direito da família.

Para além disso, consideram importante ensinar os estudantes e torná-los conscientes dos seus direitos pessoais - direitos dos estudantes e dos consumidores, e, ainda mais importante, ensiná-los como exercer esses direitos (por exemplo, o direito a uma bolsa de estudo). Isto é especialmente realçado nas situações em que são uma parte mais fraca ou grupos vulneráveis, tais como quando contraem um empréstimo, onde é importante compreender todo o procedimento e as suas consequências. Os estudantes devem também aprender sobre o quadro legal no que respeita à posse e consumo de produtos ilegais (drogas).

Um importante conjunto de regras mencionadas pelos professores é a etiqueta da Internet. Eles acreditam que os estudantes devem estar familiarizados com este conjunto de regras e diretrizes para o comportamento dos utilizadores em atividades online. Como parte das regras de conduta na Internet, mas também para além desta, os professores salientam a necessidade de dominar os princípios básicos dos direitos de autor e dos direitos de propriedade intelectual. Os professores também acreditam que os alunos devem ser ensinados sobre o sistema em geral, ou seja, sobre a forma como funciona.

De forma a protegerem os seus direitos, os professores consideram importante ensinar aos estudantes que existem diferentes procedimentos legais e processos judiciais, destacando também alguns problemas práticos que podem encontrar quando tentam exercer os seus direitos ao longo desses processos (por exemplo, quanto tempo duram esses processos, prazo de prescrição, importância dos termos e condições, e assim por diante). Estes assuntos podem ser ensinados em simulações de julgamentos, através de dramatizações para dar vida aos processos judiciais.

Alguns professores salientaram a importância de ensinar os estudantes sobre os direitos dos estrangeiros.

Consideraram também crucial que os estudantes aprendam a determinar corretamente o prestador da assistência jurídica necessário numa situação específica, enfatizando o papel das associações de defesa do consumidor que prestam os seus serviços pro bono, ao contrário dos advogados cujos serviços são muito dispendiosos. No entanto, uma vez que as associações de defesa do consumidor nem sempre podem fornecer proteção jurídica, é importante saber a quem recorrer em caso de violação da lei. Além disso, foi salientada a necessidade de melhorar as capacidades de mediação. Os estudantes devem ser encorajados a procurar um compromisso, devem criar o hábito de encontrar um acordo, uma vez que isso também lhes permite crescer. As competências de mediação são também muito importantes, uma vez que podem reduzir significativamente a necessidade de assistência profissional de um advogado.

Entre as competências que os inquiridos consideram muito importantes estão a compreensão da leitura, o pensamento crítico, a análise e interpretação de textos jurídicos, bem como a literacia informática. Além disso, é muito importante ensinar-lhes como encontrar fontes credíveis de informação sobre os seus direitos e deveres. Os professores acreditam que durante a sua educação os estudantes devem desenvolver seriedade, cuidado (por exemplo, ao assinarem

contratos e documentos), perseverança e persistência nos casos em que têm de defender os seus direitos.

A competência que os inquiridos consideram muito importante e pertencente às competências básicas de literacia jurídica é a leitura e compreensão de contratos. Os professores acreditam que a literacia jurídica será altamente necessária e útil para os alunos assim que eles entrem no mercado de trabalho e se candidatem ao primeiro emprego.

Fica evidente pela comunicação não-verbal, observada durante a discussão, que, assim como na primeira parte da discussão, houve um alto nível de concordância entre os participantes, pois a forma de comunicação não-verbal mais comum foi o aceno de cabeça.

No que diz respeito à proficiência na lei, muitos professores afirmaram que esta abrange o domínio do vocabulário jurídico, bem como o domínio dos conceitos jurídicos. Afirmam ainda que isto inclui a literacia e a capacidade de analisar e interpretar textos jurídicos, para além de terem alguma capacidade de interpretar leis ou decretos e a sua aplicação a circunstâncias e casos específicos,

## Conhecimento do Direito e da lei (professores)

Portugal		França		Itália		Croácia	
	No.		No.		No.		No.
Envolve a literacia e a capacidade de análise e interpretação. Ter alguma capacidade de interpretar leis ou decretos e a sua aplicação a circunstâncias e casos específicos.	4	O domínio do vocabulário do Direito	4	Simplificar a linguagem técnica	4	Leitura e compreensão de contratos	3
Implica ser capaz de interpretar a lei sem precisar de ajuda	2	A pedagogia	3	Ter mais horas para ensinar direito	4	Procedimentos gerais	3
O exercício de uma cidadania esclarecida, participativa e solidária	2	O domínio dos conceitos legais.	2	Melhorar o pensamento crítico	1	Poder para procurar ajuda	1
Implica o reconhecimento dos nossos direitos e deveres.	1	A organização do pensamento escrito para uma demonstração, o mesmo padrão para a oral.	2			Quadro institucional	1
O facto de poder aprender a beneficiar mais dos direitos que tenho	1	Procedimentos de sintetização	2			Organização para a protecção dos direitos	1
		Popularização do vocabulário jurídico	2			Participação cívica	1
		A organização de saídas e encontros com profissionais da área do direito	1			Conhecimento do processo legislativo	1
						Capacitar os estudantes a defenderem os seus direitos	1

Conhecimento do Direito e da lei (professores)

Portugal		França		Itália		Croácia	
						Desenvolvimento da consciência para defender os seus direitos	1
						Fontes de informação	1
						Desafio	1
						Seriedade	1
						Literacia informática	1
						Pensamento crítico	1
						Perseverança	1
						Determinar correctamente o prestador da assistência jurídica	1
						Contrair um empréstimo	1
						Familiaridade com o processo judicial	1
						Procedimentos de concurso	1
						Noções básicas do sistema jurídico	1
						Direitos dos consumidores	1
						Direitos dos estudantes	1
						A quem recorrer	1

## 2.3. *Focus groups* com alunos

### 2.3.1. Reconhecimento e aplicação do Direito

De modo a obter uma resposta à questão sobre como os estudantes reconhecem a lei, foi feita uma pergunta aos estudantes sobre como diferenciam a lei em relação a outras regras. Por exemplo, como veem a lei em relação às regras que se aplicam nas suas famílias, ou seja, as regras estabelecidas pelos seus pais. Como principal característica do direito, os estudantes salientaram a sua rigidez em relação às regras da família, sendo sempre informais. Veem as leis como regras escritas que são difíceis de alterar. Além disso, os estudantes observam que as leis e normas legais se aplicam a todos e são estabelecidas para proteger o indivíduo e a comunidade (por exemplo, ao desobedecer às regras de trânsito, podemos pôr em perigo a nós próprios e aos outros).

Estão conscientes de que a desobediência às regras pode ser sancionada, assim como que quanto mais grave for a violação, mais severa será a sanção a seguir (são previstas multas e penas de prisão para atos criminosos). A fim de prevenir potenciais violações da lei, os estudantes percebem que é importante estar informados sobre as regras e ouvir as pessoas que informam e explicam a lei (regras na escola, regras de trânsito, etc.). Compreendem também que as fontes legais podem ter origens diferentes, por exemplo, podem vir do governo ou do senado ou mesmo da escola. Ver quem é o autor do texto é mencionado como uma das formas possíveis de reconhecer a fonte legal. No entanto, salientam também que existe confusão na compreensão da diferença entre regras e orientação.

Alguns estudantes têm contacto com a lei nos seus assuntos privados (herança, centro de assistência social, resolução de problemas de propriedade) mas também na escola (roubo, regras escolares, etc.). Ao mesmo tempo, estão conscientes de que "o diálogo e a boa conversa podem resolver conflitos".

Um elevado número de alunos aprendeu sobre alguns aspetos do direito na escola, através de vários cursos: história, direito ambiental, ética, educação cívica, direito e economia. Alguns estudantes também participaram num curso de formação onde adquiriram conhecimentos jurídicos adicionais.

Os estudantes também se deparam com a lei através de diferentes tipos de meios de comunicação. Eles veem filmes e séries sobre a lei. Um grande número de estudantes adquiriu conhecimentos da lei através de documentos escritos (livros, jornais, etc.) que mencionam leis e convenções. Muitos estudantes também reconhecem a lei nos noticiários. Nos últimos anos, têm ouvido falar frequentemente da lei, direitos e proibições através das notícias e artigos relacionados com a pandemia do Covid-19.

## Reconhecimento e aplicação do Direito (estudantes)

Portugal		França		Itália		Croácia	
	No.		No.	Formas identificadas de reconhecer o Direito	No.	Formas identificadas de reconhecer o Direito	No.
Ter informação sobre isso	10	De acordo com o grau de seriedade do ato, a lei existe para os atos graves	8	Por vídeo e TV	9	As leis não são flexíveis	3
Reconhecimento da lei nos meios de comunicação social	10	Pelas consequências: se não seguir a regra, pode ter uma penalização	8	Na escola (ao estudar direito ou economia)	9	A lei existe para nos proteger	2
Na escola aprendo coisas sobre leis	10	Na escola, na instrução moral e cívica, na história, no eco-direito	6	Participar num curso de formação sobre este tema	6	As leis aplicam-se a todos	2
O diálogo e a boa conversa podem resolver conflitos	9	Consoante a origem dos textos, sejam eles provenientes do governo ou do senado	5	Existem regulamentos a serem observados (por exemplo, escola)	3	A violação da lei tem consequências graves	2
Ter informação e ter de seguir uma regra ou um conjunto de regras	6	Por notícias de TV, como nos anúncios sobre o Covid-19	4	Regras da escola	2	As regras escritas são difíceis de alterar	1
Confusão entre regra e orientação	6	Ouvir alguém que diz que se trata de uma lei	4			As leis são escritas	1
		Alguns escritos mencionam leis (códigos, convenções...)	3				
		Aprender algumas leis na escola	3				
		Aprender a ouvir as notícias televisivas	3				
		À procura de quem é o autor do texto	2				



## 2.3.2. Benefícios do Direito

Dentro desta área temática, os participantes discutiram os seus pontos de vista sobre os benefícios da aprendizagem do direito. As questões dirigidas aos estudantes nesta área foram as seguintes: "Como é que o conhecimento do direito o fortaleceria? O que pode ser alcançado por aqueles que sabem mais sobre o direito em comparação com aqueles que o ignoram?", "Pode descrever uma situação da sua vida que se desenrolaria de forma diferente se soubesse mais sobre o direito?" e "Qual seria a coisa mais importante a aprender sobre o direito para si?".

De acordo com alguns estudantes, adquirir conhecimentos jurídicos é benéfico porque os faz "sentir mais preparados para enfrentar os problemas que a vida quotidiana lhes pode trazer". A maioria dos estudantes salientou que a aprendizagem acerca do direito lhes dá a "capacidade de se protegerem melhor" ou "ajuda-os a defender os outros". Só quando se conhece a lei é que se pode tomar consciência do que é aceitável e do que não é. Só o conhecimento da lei permite às pessoas "projetarem-se a si próprias no seu futuro próximo e imaginar como será o seu futuro ao serem ativas na sua construção de uma forma legal".

Além disso, os estudantes indicaram o conhecimento dos direitos pessoais como uma competência chave da literacia jurídica. Este conhecimento inclui competências como "como utilizar a lei em determinadas situações", melhor compreensão dos seus direitos (por exemplo, direitos das crianças, direitos dos estudantes, direitos de admissão à universidade, direitos dos pacientes, direitos laborais, direitos dos consumidores, mas também direitos como vítimas de violência), poder exercer melhor os seus direitos (por exemplo, reivindicar danos), conhecer as suas liberdades pessoais e assim por diante. Um dos inquiridos sublinhou a importância do direito a salário igual para trabalho de valor igual para mulheres e homens.

Também é dada importância à aquisição de conhecimentos básicos em direito familiar e civil, uma vez que os conhecimentos básicos nestas áreas podem facilitar a resolução de situações que surgem na vida de uma pessoa. Em geral, os estudantes acreditam que a literacia jurídica básica os ajudaria a resolver potenciais problemas sem terem de recorrer a um advogado. Os alunos também consideraram interessante adquirirem conhecimentos sobre o direito penal.

Ao aprenderem direito, os estudantes podem adquirir um conhecimento profundo da constituição (neste caso a Constituição italiana).

A literacia jurídica na opinião dos estudantes ajuda-os a saber onde procurar informação. Significa também o domínio da linguagem técnica, jurídica e a aquisição de competências para se exprimirem melhor.

Durante o *focus group*, os estudantes salientaram também algumas vantagens de estarem familiarizados com a lei, tais como segurança, poderem evitar a polícia, "evitar pagar multas ou ir para a prisão", evitar a anarquia, "paz", "sentirem-se seguros com o seu comportamento", "compreenderem melhor os seus direitos" e "tornarem-se melhores cidadãos".

Os estudantes são de opinião que, uma vez conhecida a lei, é mais fácil criar uma opinião sobre o tema discutido. No entanto, os moderadores de dois *focus groups* sublinharam que era muito

difícil "conseguir que os estudantes se expressassem e tivessem uma conversa aprofundada". Esta observação indica que é necessário desenvolver as capacidades orais dos estudantes.

Benefícios do Direito (estudantes)							
Portugal		França		Itália		Croácia	
	No.		No.		No.		No.
Preencher melhor/ aplicar melhor	7	Para ajudar a defender-se	6	Capacidade de se protegerem melhor	9	Conhecimento dos direitos pessoais	5
Sinta-se seguro com o meu comportamento	1	Defendam-se a si próprios	5	Evitar a polícia	5	Habilidade para utilizar a lei em certas situações	4
Tornar-me um cidadão melhor	1	Segurança	4	Capacidade de agir de uma forma melhor com um sentido mais cívico	2	Direito penal	4
Saber melhor os meus direitos	1	Conhecer as próprias liberdades	3	Ter um conhecimento profundo da constituição italiana	1	Conhecimento dos direitos laborais	3
		Evitar pagar multas ou ir para a prisão	3	Ter uma linguagem técnica e expressar-se melhor	1	Conhecimento dos direitos dos estudantes	2
		Procura de indemnização por danos	2			Direitos de conhecimento em relação às admissões universitárias	1
		Evitar a anarquia	1			Conhecer os direitos como vítimas de violência	1
		Paz	1			Saber onde procurar informação	1
		Uma mais-valia na vida quotidiana	1			Saber o que é aceitável e o que não é	1
						Direito da família	1
						Direito civil	1

### 2.3.3. Formas de aprender o Direito e as leis

Da mesma forma que os professores, os estudantes também acreditam que a aprendizagem baseada em exemplos concretos é um método adequado de ensino do direito. Além disso, como forma de dominar o direito e aprender sobre ele, salientam a importância de aprender com os exemplos e experiências de outros - outros estudantes, membros da família, mas também figuras públicas. Muitos estudantes propuseram assistir ou ouvir testemunhos e ir a um julgamento. Acreditam também que se pode aprender discutindo sobre os assuntos que ocorrem na vida quotidiana.

Os estudantes acreditam que a lei deve ser ensinada de uma forma lúdica, por exemplo, aprendendo através de jogos, simulações e dramatizações, simulando julgamentos ou "participando na criação de conteúdos a serem partilhados com os colegas". O papel ativo dos estudantes é definitivamente desejável de diferentes formas.

Relativamente à melhor forma de promover a literacia jurídica junto dos jovens, muitos estudantes mencionaram fontes interessantes na Internet. Sugeriram a criação de uma plataforma que fosse de fácil utilização e esclarecesse termos e conceitos básicos a todos aqueles que não são advogados. Alguns sugeriram também a abertura de um perfil Instagram onde seriam afixadas diariamente explicações sobre novos direitos.

Alguns estudantes acreditam que o estudo independente é a melhor forma de dominar a lei. Tal estudo pode ser seguido por uma apresentação de um artigo sobre um determinado tema.

Outra forma interessante de estar em contacto com o direito e de o aprender é conhecendo os profissionais (juizes, advogados, notários...) e tendo a oportunidade de ouvir diretamente deles como o direito pode ser aplicado. A ideia foi trazida para oferecer estágios ou oportunidades de acompanhar advogados e juizes durante um dia de trabalho. Tais acordos (mesmo o voluntariado) poderiam ajudar os estudantes a prepararem-se para a discussão na aula. Os alunos acreditam também que palestras interessantes poderiam encorajar e envolver os estudantes na aprendizagem da lei e na participação em clubes de debate.

Para além disso, de acordo com os estudantes, a lei também pode ser aprendida através da participação em eventos públicos e em diferentes projetos. Alguns estudantes propuseram uma visita à Assembleia Nacional.

Vários estudantes sugeriram que deveria ser introduzido um curso opcional sobre literacia jurídica, onde os estudantes poderiam adquirir conhecimentos sobre as leis aplicáveis e no qual adquiririam aptidões e competências básicas concretas e aplicáveis à vida na literacia jurídica. Outra sugestão foi a criação de um clube de Direito na escola.

Independentemente de a lei ser ensinada como parte de cursos existentes, recentemente desenvolvidos ou informalmente através de plataformas de Internet, os estudantes consideram que materiais interessantes podem ajudá-los a alcançar este objetivo: desde vídeos do YouTube a artigos, livros, séries e filmes. Os estudantes também mencionaram livros ilustrados que seriam adequados para as crianças mais novas.

## Formas de aprender o Direito e as leis (estudantes)

Formas de aprender o Direito e as leis (estudantes)							
Portugal		França		Itália		Croácia	
	No.		No.		No.		No.
Conhecer a lei	10	Aprendizagem através de jogos, simulações, dramatizações	9	Exemplos da vida real	9	Fontes interessantes na Internet	8
Realizar uma pesquisa (internet)	10	Ir a um julgamento	7	Vídeos	5	Experiências de outros	4
A partir do 10º ano	4	Organizar uma simulação de um julgamento, com estudantes a desempenharem os papéis de advogados, testemunhas e jurados.	7	Dramatizações	3	Eventos públicos	2
Saber as opiniões dos outros	4	Para ver um julgamento sobre direito penal	5	Participar na criação de conteúdos a serem partilhados com os colegas	2	Materiais interessantes	2
Dar a sua opinião	4	Ir à Assembleia Nacional	5			Participação	2
Em qualquer idade	3	Conhecer profissionais do direito ou ver relatos das pessoas	5			Exemplos práticos	2
Muitas leis	2	Forma lúdica de aprendizagem	4			Livros ilustrados	1
		Conhecer profissionais	4			Pesquisa independente	1
		Ver ou ouvir testemunhos	3			Disciplina opcional na escola	1
		Interpretação e dramatização	3				
		Aderir ou fundar um clube de direito na escola	3				
		Para aprender através de questões de escolha múltipla	1				

## 2.4. Conclusão

Com base nas respostas recolhidas de professores e estudantes, é indubitável que o aumento da literacia jurídica é simultaneamente desejável e necessário. Dado que os resultados da investigação obtidos através dos focus groups serão utilizados como diretrizes para o desenvolvimento do quadro de competências, bem como diretrizes para os métodos de ensino da literacia jurídica nas escolas primárias e secundárias, é necessário, em relação a ambos os segmentos, tirar conclusões a partir do que foi apresentado.

Apesar do leque de respostas recebidas de professores e estudantes ser muito diversificado, é possível tirar conclusões muito claras relativamente às aptidões e competências que os estudantes devem dominar e em relação aos métodos de ensino do direito.

Em termos de conteúdo, o currículo deve basear-se nas áreas do direito que interessam aos jovens, ou seja, as áreas do direito que encontram na vida quotidiana, que vão desde os direitos das crianças, direitos dos estudantes, direitos dos consumidores, direitos dos doentes, direitos laborais, mas também direitos que teriam em caso de serem vítimas de violência. Deve ser dada ênfase a como e onde estes direitos podem ser exercidos e a quem contactar para os ajudar a proteger os seus direitos quando violados. É da maior importância sublinhar que, para além dos direitos, todas as pessoas têm também deveres, e que é precisamente respeitando tanto os nossos direitos como os dos outros, mas também cumprindo os nossos deveres enquanto indivíduos, que contribuimos para a criação de uma sociedade de "coexistência pacífica".

Os jovens devem estar familiarizados com os princípios básicos do sistema jurídico do país onde vivem e encorajados a serem membros ativos da sociedade civil, contribuindo para a comunidade em geral através do seu envolvimento.

O pensamento crítico e a capacidade de encontrar fontes de informação credíveis são competências que devem ser desenvolvidas enquanto se ensina literacia jurídica.

Os inquiridos concordam que métodos de ensino inovadores, interativos e interessantes devem ser utilizados para ensinar direito. A aprendizagem baseada em casos baseados em situações reais que os estudantes encontram diariamente é um método que quase todos os inquiridos destacaram como desejável. Os professores devem adotar e desenvolver diferentes métodos que envolvam e motivem os estudantes, tais como simulações de julgamentos, dramatizações e discussões. As aulas devem também incluir a presença de especialistas, para ajudar tanto os professores como os alunos a compreender a forma como a lei deve ser exercida.

O material didático deve ser de alta qualidade, interessante e diversificado. Parte do material deve ser concebido e criado através de tecnologias avançadas: vídeos, conteúdo interativo online, e plataformas de fácil utilização com conteúdo informativo, blogs e podcasts.

# 3. Resultados do questionário de literacia jurídica

## 3.1. Introdução

Como referido na introdução deste relatório, a preparação dos fundamentos para o quadro de competência de literacia jurídica baseou-se na investigação de métodos mistos. Para além dos focus groups, os parceiros do projeto utilizaram um questionário elaborado pela equipa do projeto na Universidade de Rijeka. Os profissionais do direito foram o público-alvo do questionário. Uma vez que já possuem literacia jurídica nas suas respetivas jurisdições, a ideia era investigar os segmentos dos seus sistemas jurídicos nacionais que considerariam como partes úteis dos futuros currículos de literacia jurídica. Neste capítulo, daremos uma visão geral do questionário e da amostra que respondeu ao mesmo (3.2.), e delinearemos a estrutura de conteúdos dos currículos de literacia jurídica para crianças de 14 e 18 anos de idade (3.3.). Finalmente, extrairemos algumas observações gerais relacionadas com o futuro quadro de competências para a literacia jurídica elementar (3.4.).

## 3.2. Descrição do questionário e a sua aplicação

O questionário utilizado na parte quantitativa da investigação do projeto inclui 69 perguntas, 61 das quais eram perguntas de escolha múltipla, enquanto oito eram de resposta aberta. As perguntas foram divididas em sete áreas: **Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado; Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado; Relações familiares; Noções básicas de direito civil; Empreendedorismo e trabalho; Realidade virtual; Vida privada e entretenimento.** Cada uma das áreas jurídicas era composta quase inteiramente de perguntas de escolha múltipla que perguntavam se um tema específico era relevante para crianças de 14 anos, 18 anos de idade ou não era de todo relevante. No final de cada área jurídica existia uma das sete perguntas abertas, permitindo aos profissionais da área legal acrescentar qualquer informação de relevância a essa área jurídica que a equipa de investigação pudesse ter deixado escapar na preparação do questionário. A última e oitava pergunta aberta foi colocada no final do questionário e foi essencialmente um convite para acrescentar qualquer comentário

relevante para a literacia jurídica. The questionnaire was distributed to legal professionals in Croatia, France, Italy, and Portugal during spring and early summer 2022. The criterion for selecting the respondents was that they were practitioners of law that have had some experience in working with children and youth. Thus, the questionnaire was distributed to attorneys, judges and other public servants that meet this standard. The Project calls for at least 80 examinees across all countries. Project partners have exceeded this minimum, gathering a total of 104 responses. In what follows, we will first note legal areas and issues considered particularly relevant to legal literacy in the jurisdictions participating in the project and will draw some tentative conclusions from this.

## 3.3. Estrutura dos tópicos relevantes para a literacia jurídica elementar

Os resultados do questionário indicaram uma diferença de ênfase entre áreas jurídicas e tópicos relevantes para crianças de 14 anos (3.3.1.) e de 18 anos (3.3.2.). Depois de os explorarmos, delinearemos os tópicos não considerados relevantes para a literacia jurídica elementar (3.3.3.).

### 3.3.1. Estrutura da literacia jurídica elementar para jovens de 14 anos

Vamos primeiro analisar as áreas consideradas mais importantes pelos profissionais do direito para esta faixa etária. Vamos enumerar os relatórios nacionais e registar as áreas que os respondentes do questionário consideraram preponderantemente importantes para os jovens de 14 anos. Começando pelo caso croata, podemos notar que os profissionais do direito encontraram as seguintes áreas de particular relevância para os jovens de 14 anos: Relações familiares, Realidade virtual, Vida privada e entretenimento. Em Itália, as áreas mais importantes para esta faixa etária incluíam Relações familiares, Realidade virtual e Vida privada e entretenimento. Alguns dos tópicos relacionados com as Noções básicas da ordem jurídica e a organização do Estado, bem como os Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado também tiveram uma pontuação elevada. Em França, foi dada uma ênfase ligeiramente maior aos Direitos e obrigações básicos ligados à vida num Estado, Relações familiares, Realidade virtual e Vida privada e entretenimento. O empreendedorismo e o trabalho foram considerados importantes tanto para os jovens de 14 anos como para os de 18 anos, embora com questões específicas diferentes a serem mais importantes para um grupo do que para o outro. Os profissionais do direito português notaram que os Direitos e obrigações básicos ligados à vida num estado, Relações de Família, Realidade Virtual e Vida Privada e Entretenimento são as áreas mais importantes para os jovens de 14 anos de idade.

#### 3.3.1.1. Relações familiares

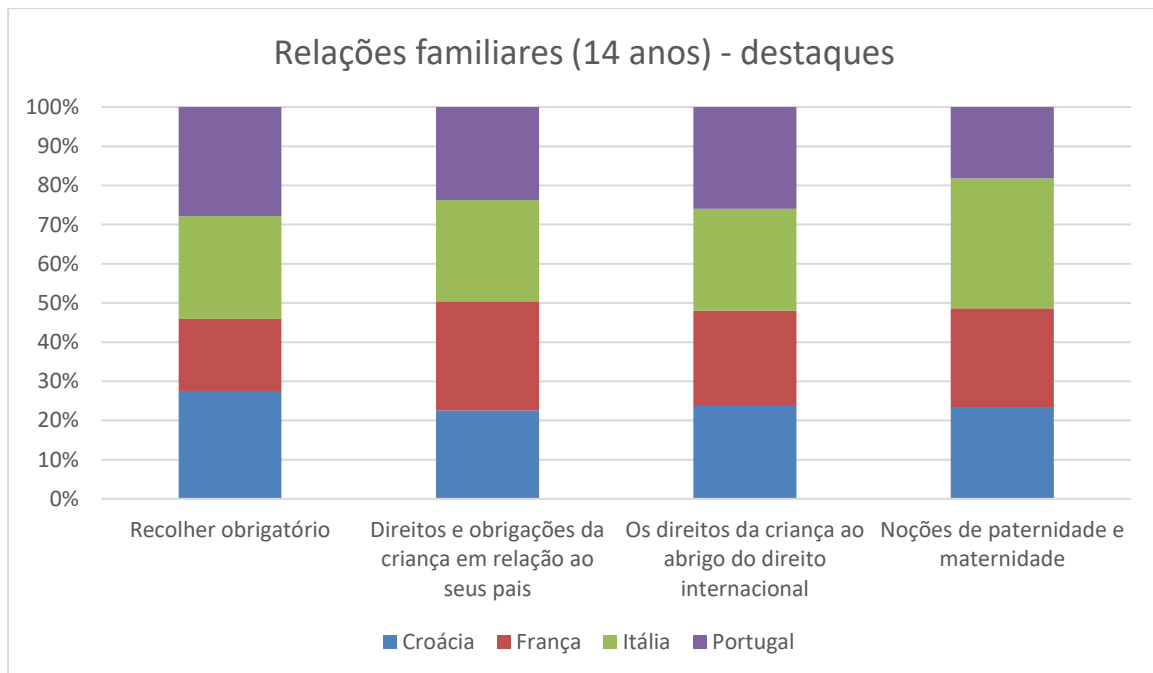
As relações familiares são uma das áreas que os profissionais do direito da Croácia, França, Itália e Portugal consideraram altamente relevantes para os jovens de 14 anos, com algumas disparidades em termos de temas específicos a serem ensinados.

Na Croácia, os profissionais do direito consideraram cinco dos seis tópicos altamente relevantes para esta faixa etária: lei relacionada com o recolher obrigatório (84%), direitos e obrigações das crianças para com os seus pais (76%) e os direitos da criança ao abrigo do direito internacional (73%). Foi dada menos importância aos cuidados parentais e à adoção (53%) e à determinação da paternidade e da maternidade (51%).

Em Portugal, para além dos direitos da criança ao abrigo do direito internacional e das regras de recolher obrigatório, os profissionais do direito deram ênfase aos direitos e obrigações da criança em relação aos seus pais, sendo ligeiramente menor a importância atribuída aos cuidados parentais e à adoção. Foi dada muito menos importância às noções de paternidade e maternidade e aos processos do seu reconhecimento.

Os profissionais do direito italiano consideraram todos os tópicos desta categoria relevantes para as crianças de 14 anos, em particular os direitos e obrigações das crianças em relação aos seus pais (87%), os direitos da criança ao abrigo do direito internacional, o recolher obrigatório (ambos 80%) e as noções de paternidade e maternidade (73%). O direito a receber os cuidados parentais e a adoção e a capacidade marital foram os mais baixos, 67% e 60% respetivamente.

Em França, a maioria dos inquiridos considerou os seguintes tópicos de maior importância para as crianças de 14 anos: direitos e obrigações da criança em relação aos seus pais (94%) e os direitos da criança ao abrigo do direito internacional (75%). As noções de paternidade e maternidade, recolher obrigatório e direito a cuidados parentais e adoção foram consideradas menos relevantes (56%, 56% e 50% respetivamente). Curiosamente, apenas os inquiridos franceses consideraram a capacidade matrimonial relevante para o currículo de literacia jurídica elementar dos jovens de 14 anos (62%).





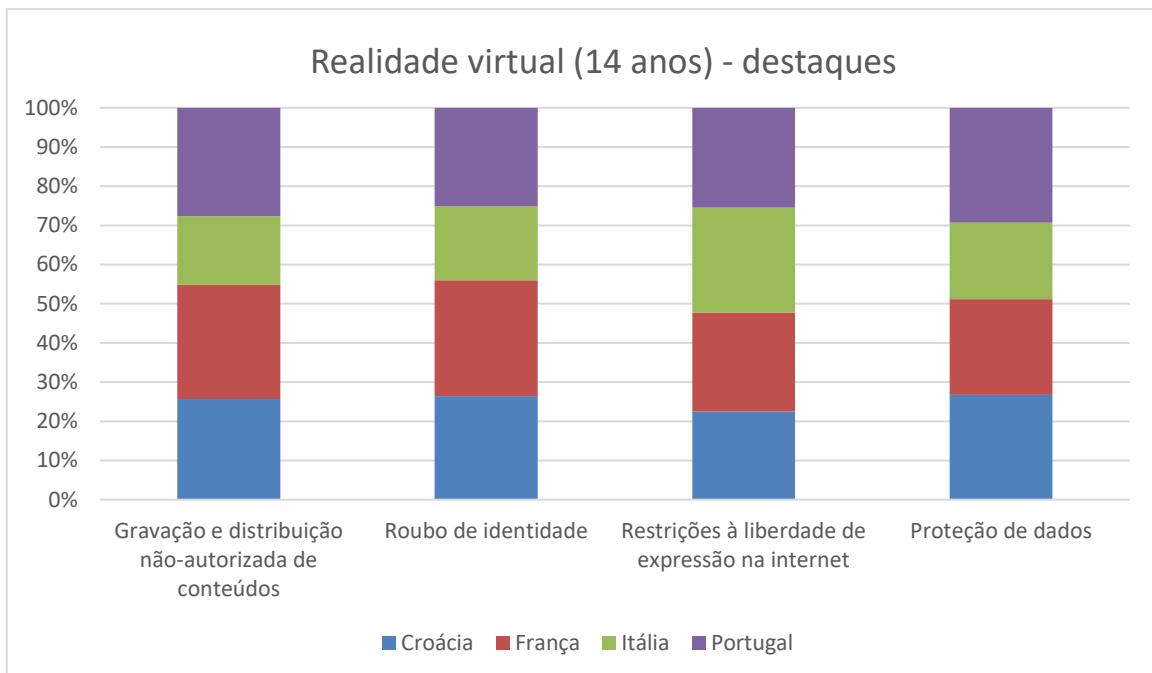
### 3.3.1.2. Realidade virtual

A realidade virtual é a segunda área de maior importância para as crianças de 14 anos. Embora os inquiridos em todos os países considerassem que as cripto-moedas não são um tópico relevante para a literacia jurídica elementar em geral, todos os outros tópicos foram considerados altamente importantes para os estudantes mais jovens. Na Croácia, 88% dos inquiridos consideraram que os jovens de 14 anos deveriam ser educados sobre a gravação e distribuição não autorizadas de conteúdos áudio, vídeo ou outros, bem como sobre questões de privacidade associadas a estas práticas. O roubo de identidade e os limites à liberdade de expressão na Internet foram considerados relevantes por 84% dos inquiridos, enquanto 82% e 63% dos inquiridos consideraram relevantes a proteção de dados pessoais e o exercício de direitos políticos online, respetivamente.

As respostas italianas indicam que os limites à liberdade de expressão relacionados com perjúrio, insulto, intimidação e comportamentos semelhantes são a prioridade (100%), enquanto as proibições de roubo de identidade e de gravação não autorizada de eventos artísticos e a distribuição de tais gravações são inferiores (60%). As modalidades de proteção de dados e as noções básicas da proteção de dados foram classificados com a mesma percentagem (60%).

Os profissionais do direito francês consideraram o roubo de identidade e os limites à liberdade de expressão altamente relevantes para esta faixa etária (94%), bem como a proibição de gravação e distribuição não autorizada de conteúdos (100%). A proteção de dados foi considerada ligeiramente menos importante (75%), bem como o exercício online dos direitos políticos (69%).

Em Portugal, os limites à liberdade de expressão e a proibição do registo e distribuição não autorizados de conteúdos, bem como a proteção de dados foram assinalados como altamente significativos para os jovens de 14 anos de idade. O exercício dos direitos políticos e a proibição de roubo de identidade foram considerados apenas marginalmente menos importantes.



### 3.3.1.3. Vida privada e entretenimento

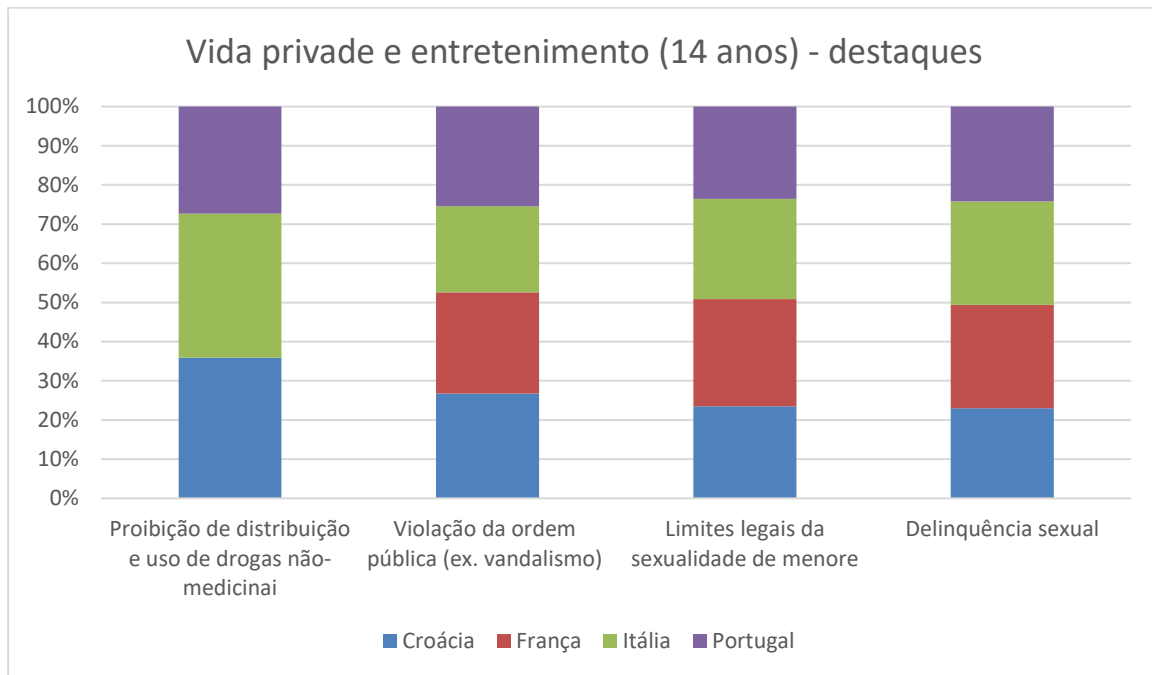
Tal como a realidade virtual, a vida privada e o entretenimento continuam uma série de tópicos considerados relevantes sobretudo para crianças de 14 anos de idade. Os inquiridos croatas consideraram os seguintes tópicos de primordial importância: a proibição do uso e distribuição de drogas não medicinais (92%) e violações da ordem pública, tais como vandalismo (84%). Três tópicos foram considerados relevantes por 80% dos profissionais do direito croata: limites legais da sexualidade de menores, regras legais básicas aplicáveis ao tráfico e o quadro legal das apostas. Um total de 76% dos inquiridos encontrou questões relevantes de delinquência sexual e de propriedade intelectual ligadas ao registo não autorizado de espetáculos artísticos públicos. A forma como a responsabilidade criminal varia com a idade e como as violações da privacidade foram consideradas importantes por 67% dos profissionais do direito croata, enquanto 63% deles classificaram os direitos dos intervenientes no transporte de passageiros como relevantes para os jovens de 14 anos.

Para os profissionais franceses do direito, as drogas não medicinais e as apostas não eram um tema de interesse para a literacia jurídica elementar. O vandalismo e as violações semelhantes da ordem pública foram classificados como importantes, com 81% de respostas considerando-o relevante para os jovens de 14 anos de idade. Os três tópicos de maior relevância para os inquiridos franceses foram a gradação da responsabilidade criminal em relação à idade, os limites legais da sexualidade dos menores e as infrações criminalizadas da privacidade, todos os três considerados importantes por 93% dos inquiridos. As regras legais básicas aplicáveis ao tráfico eram relevantes para 62% dos profissionais do direito. Três tópicos foram importantes para 50% dos que responderam ao questionário: gravação não autorizada de espetáculos artísticos públicos, direitos dos participantes no transporte de passageiros e o regime jurídico aplicável à aquisição de uma carta de condução.

Os inquiridos italianos encontraram praticamente todos os tópicos nesta categoria altamente significativos para as crianças de 14 anos, mas em particular a proibição do uso e distribuição de drogas não medicinais (94%), os limites da sexualidade dos menores e as diferentes formas de delinquência sexual (87%). As regras básicas que regulamentam o tráfico, as proibições de desordem pública e as restrições às apostas classificaram-se apenas ligeiramente abaixo (69%). Os limites criminalizados de violação da privacidade e as proibições legais de registo não autorizado de eventos artísticos também partilham uma percentagem de relevância (68%). Os direitos dos participantes no transporte de passageiros e o quadro legal para a aquisição da carta de condução também foram considerados significativamente relevantes (62%).

Pouco mais de 80% dos portugueses que responderam consideraram os limites legais da sexualidade dos menores e as diferentes formas de delinquência sexual de primordial importância nesta área. A proibição da desordem pública e do registo não autorizado de eventos artísticos foi considerada relevante por 80% dos profissionais jurídicos portugueses. A gradação da responsabilidade criminal em relação à idade, a proibição e uso de drogas não medicinais e as regras legais básicas aplicáveis ao tráfico foram classificadas como importantes por pouco mais de 70% dos inquiridos, enquanto as restrições às apostas e os direitos dos passageiros nos

transportes públicos foram classificados como relevantes por 60% dos participantes. As infrações criminalizadas da privacidade de outrem foram consideradas relevantes para crianças de 14 anos por pouco mais de 50% dos inquiridos.



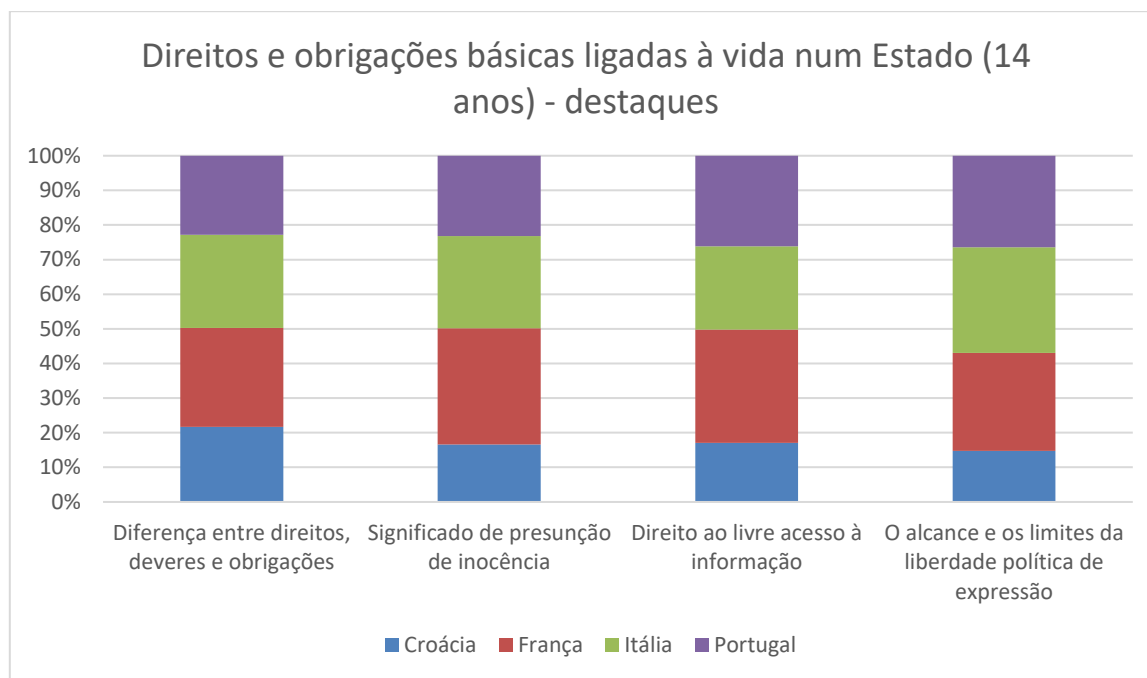
### 3.3.1.4. Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado

Os inquiridos croatas consideraram predominantemente esta categoria relevante para os jovens de 18 anos de idade. No entanto, dois tópicos foram considerados de alguma relevância para os jovens de 14 anos: a diferença entre direitos, deveres e obrigações (76%) e as condições prévias para abordar os provedores de justiça públicos, considerados importantes por 51% dos inquiridos.

Todos os inquiridos franceses concordaram com os seus homólogos croatas sobre a importância da diferença entre direitos, deveres e obrigações. Além disso, porém, consideraram os seguintes tópicos de grande relevância para a literacia jurídica dos jovens de 14 anos: a noção e os limites do direito ao livre acesso à informação (94%), o significado da presunção de inocência (87%), o alcance e os limites da liberdade política de expressão (75%), o alcance das liberdades de reunião e associação (62%) e os caminhos para a proteção jurídica perante o poder judiciário e a administração (50%).

Com mais de 80% dos inquiridos a concordar quanto à sua importância, a diferença entre direitos, deveres e obrigações é considerada o tópico de maior relevância em Portugal. Segue-se a noção e os limites do direito ao livre acesso à informação (75%), o alcance e os limites da liberdade política de expressão (70%), o significado da presunção de inocência (60%) e o alcance das liberdades de reunião e associação (55%).

Em Itália, a diferença entre direitos, deveres e obrigações é novamente a mais significativa, sendo considerada como tal por 94% dos inquiridos. 81% dos profissionais do direito consideram o âmbito e os limites da liberdade política de expressão relevantes para os jovens de 14 anos. A noção e os limites do direito ao livre acesso à informação e o significado da presunção de inocência são considerados importantes por 69% dos inquiridos. O âmbito das liberdades de reunião e de associação é considerado importante por 62% dos inquiridos.



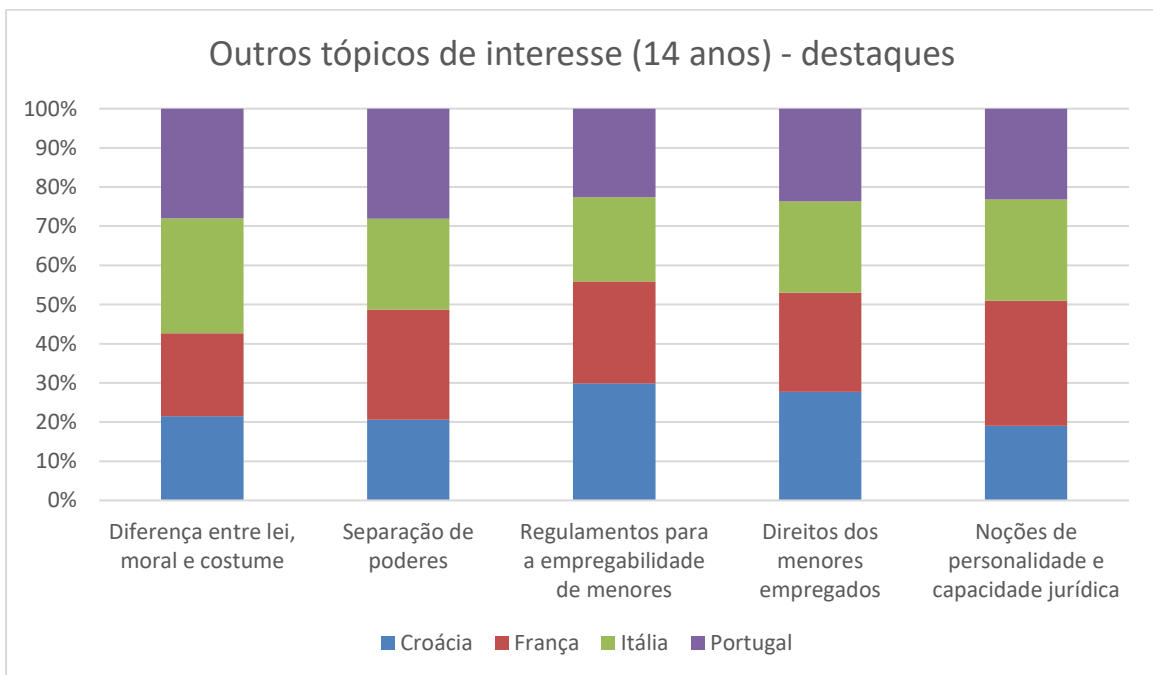
### 3.3.1.5. Outros tópicos de interesse para a literacia jurídica elementar para jovens de 14 anos

Embora outras áreas contidas no questionário tenham sido dominadas por questões de relevância para a literacia jurídica dos jovens de 18 anos, em algumas delas há tópicos isolados considerados importantes para jovens de 14 anos em jurisdições individuais. Aqui iremos delinearlos brevemente.

Os profissionais do direito croatas acharam as Noções básicas da ordem jurídica e a organização do Estado mais relevantes para os jovens de 18 anos de idade. Duas exceções a esta regra são a diferença entre a lei, a moral e o costume (69%) e a separação do poder (55%). Os dois tópicos foram considerados relevantes por 68% e 75% dos inquiridos franceses, respetivamente. 90% e 75% dos profissionais portugueses classificaram os dois tópicos como importantes para o grupo de estudantes mais jovens. 94% e 62% dos profissionais italianos concordaram com esta avaliação. Além disso, 69% deles consideraram importantes os princípios fundamentais do orçamento público, enquanto 62% classificaram a separação de poderes como relevante para os estudantes mais jovens.

Em geral, a área de Empreendedorismo e trabalho foi dominada por tópicos relevantes para os estudantes mais velhos. No entanto, existe um verdadeiro consenso sobre a importância de duas questões: a regulamentação do emprego dos menores e os direitos dos menores empregados. Os profissionais do direito croata classificaram os dois temas como altamente relevantes (86% e 82% respetivamente). Da mesma forma, 75% dos inquiridos franceses consideraram os dois temas importantes para os jovens de 14 anos. Além disso, 50% dos inquiridos consideraram *Creative Commons* um conceito útil para ensinar aos estudantes mais jovens. Em Portugal, a regulamentação do emprego de menores e os direitos dos menores empregados conquistaram o apoio de 65% e 70% dos profissionais do direito, respetivamente. Em Itália, 69% dos inquiridos consideraram os direitos dos menores empregados relevantes para as crianças de 14 anos, seguidos da regulamentação legal do emprego de menores (62%) e de formas de trabalho atípicas (50%).

Para as Noções básicas do direito civil, destacam-se dois tópicos, as noções de personalidade e capacidade jurídica e as noções básicas dos acordos de venda em linha. Para os profissionais do direito croata, este último é o único tópico do direito civil que é relevante para os jovens de 14 anos, com 53% dos inquiridos a considerá-lo relevante. Os profissionais franceses consideram o tema irrelevante para os estudantes mais jovens, mas 62% deles concordariam que os conceitos de personalidade e capacidade jurídica são de alguma importância. Os inquiridos portugueses classificaram ambos os tópicos como relevantes, embora apenas 45% deles encontrassem conceitos de personalidade e capacidade jurídica que valessem a pena ensinar a jovens de 14 anos, enquanto 50% deles estão preparados para encontrar o mesmo para as noções básicas dos acordos de vendas online. Em Itália, 50% dos inquiridos consideram relevantes os conceitos de personalidade e capacidade jurídica, enquanto 56% deles consideram que os princípios do direito civil são importantes para o conjunto de estudantes mais jovens. As noções básicas da responsabilidade por danos foram também consideradas relevantes por 50% dos inquiridos.



### 3.3.2. Estrutura da literacia jurídica elementar para jovens de 18 anos

Os resultados do questionário demonstram que as seguintes áreas foram predominantemente classificadas como relevantes para a literacia jurídica dos jovens de 18 anos: Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado, Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado, Noções básicas de direito civil, Empreendedorismo e trabalho. Tal como no caso da faixa etária mais jovem, também iremos delinear alguns tópicos que se revelaram relevantes para os estudantes mais velhos em áreas dominadas por questões importantes para os jovens de 14 anos de idade.

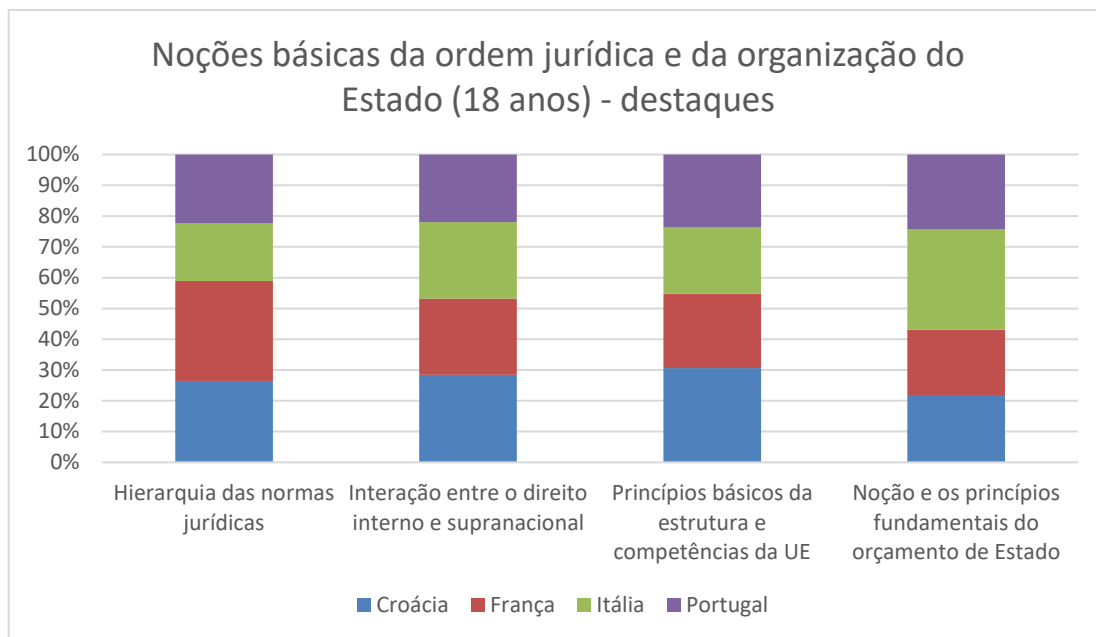
#### 3.3.2.1. Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado

Na Croácia, quatro em cada seis tópicos foram considerados importantes para crianças de 18 anos. A hierarquia das normas jurídicas, a interação entre a lei doméstica e supranacional e as bases da estrutura organizacional e as competências das instituições da União Europeia foram todas classificadas como importantes por 71% dos inquiridos. O quarto tópico, a noção e os princípios fundamentais do orçamento de Estado foram considerados relevantes por 62% dos profissionais do direito.

Os inquiridos italianos consideraram a interação do direito interno e supranacional como sendo o tópico mais importante nesta categoria (62%). 50% dos especialistas em direito consideraram relevante a hierarquia das normas jurídicas e a base da estrutura organizacional e competências da UE.

Em França, a hierarquia das normas jurídicas foi considerada importante para os estudantes mais velhos por 87% dos especialistas, enquanto a interação entre o direito interno e supranacional e a noção e os princípios fundamentais do orçamento de Estado foram vinculados em relevância, sendo ambos considerados relevantes por 62% dos inquiridos. Os princípios básicos da estrutura organizacional e as competências das instituições da UE foram considerados menos relevantes dos quatro (56%).

Os profissionais do direito português consideraram altamente relevante a noção e os princípios fundamentais do orçamento de Estado (70%), enquanto 60% deles classificaram a hierarquia das normas jurídicas como importante e cerca de 55% consideraram relevante a interação do direito interno e supranacional e os princípios básicos da estrutura e competências da UE.



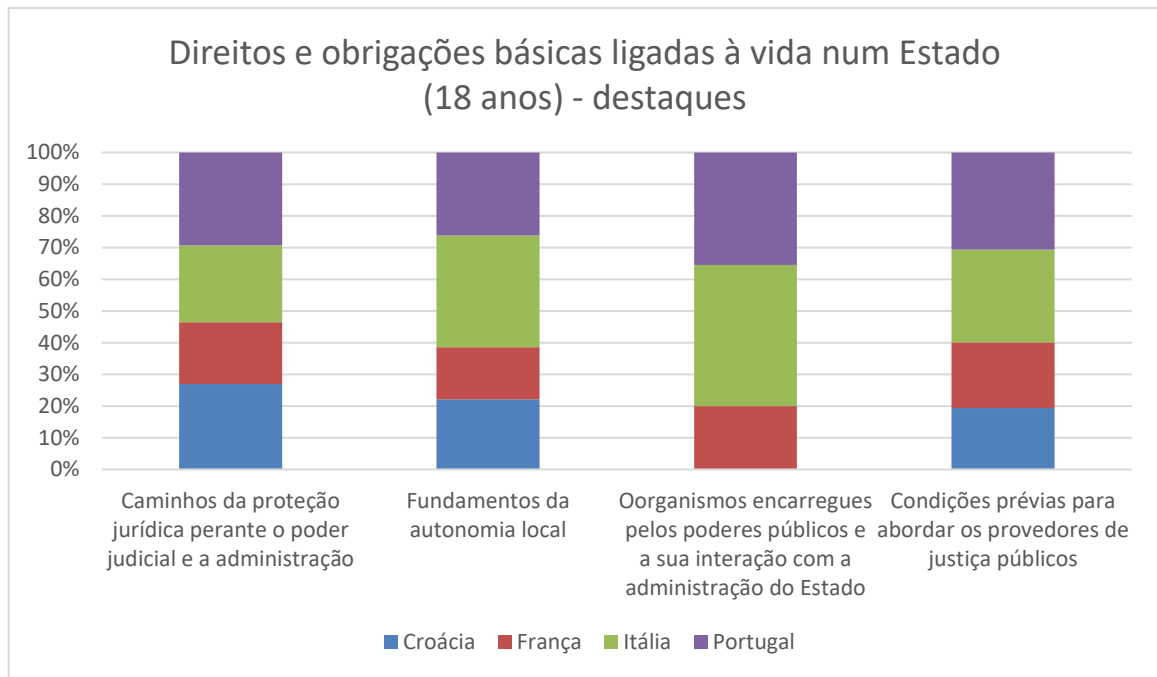
### 3.3.2.2. Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado

Para os especialistas de direito croatas, italianos e portugueses, esta categoria contém vários tópicos que devem ser ensinados a estudantes de 18 anos. Pelo contrário, os inquiridos franceses consideraram esta categoria, na sua esmagadora maioria, irrelevante para a faixa etária mais velha, sem que nenhum tema fosse reconhecido pelo seu significado.

Na Croácia, o tópico acerca dos caminhos para a proteção jurídica perante o poder judicial e a administração foi reconhecido como o mais importante, dado que 69% dos inquiridos o classificaram como tal. Os princípios básicos da autonomia local foram considerados relevantes por 59% dos profissionais do direito, enquanto a liberdade política de expressão e a presunção de inocência foram consideradas importantes por uma percentagem ligeiramente menor, 57% e 53%, respetivamente.

Em Itália, os inquiridos consideraram quase universalmente as noções básicas da autogovernarção local como uma componente essencial da literacia jurídica elementar para os jovens de 18 anos (94%). 69% deles constataram que os organismos encarregues pelos poderes públicos e da sua interação com a administração do Estado deveriam ser ensinados a esta faixa etária mais velha. 62% dos inquiridos consideraram dois tópicos relevantes: os caminhos para a proteção jurídica perante o poder judicial e a administração, bem como as condições prévias para abordar os provedores de justiça públicos.

Em Portugal, os quatro temas seguintes foram importantes para os jovens de 18 anos: os caminhos da proteção jurídica perante o poder judicial e a administração (75%), as noções básicas da autonomia local (70%), as condições prévias para abordar os provedores de justiça públicos (65%) e os organismos encarregues pelos poderes públicos e a sua interação com a administração do Estado (55%).



### 3.3.2.3. Noções básicas do direito civil

Em todas as jurisdições, esta categoria foi considerada de grande importância para os estudantes mais velhos. Na Croácia, praticamente todos os tópicos para além das noções básicas das vendas online foram classificados como relevantes, com os seguintes resultados. As noções básicas dos contratos de arrendamento e a lei sucessória foram classificados como os mais importantes (82%). Seguem-se os princípios básicos da propriedade e posse e as noções básicas dos contratos utilizados mais frequentemente (78%). 73% dos inquiridos consideraram relevante a noção de ato jurídico e as suas diferentes formas. Os contratos de seguro e de poupança são considerados importantes por 67% dos inquiridos. Apenas um pouco menos importantes são os contratos de adesão e a noção de responsabilidade por danos (61%). Os princípios fundamentais do direito civil são considerados menos relevantes (59%). Finalmente, os conceitos de personalidade e capacidade jurídica são considerados relevantes por 57% dos inquiridos. Os princípios básicos de proteção do consumidor foram considerados menos relevantes, com 53% dos profissionais do direito a classificá-los como importantes para os jovens de 18 anos de idade.

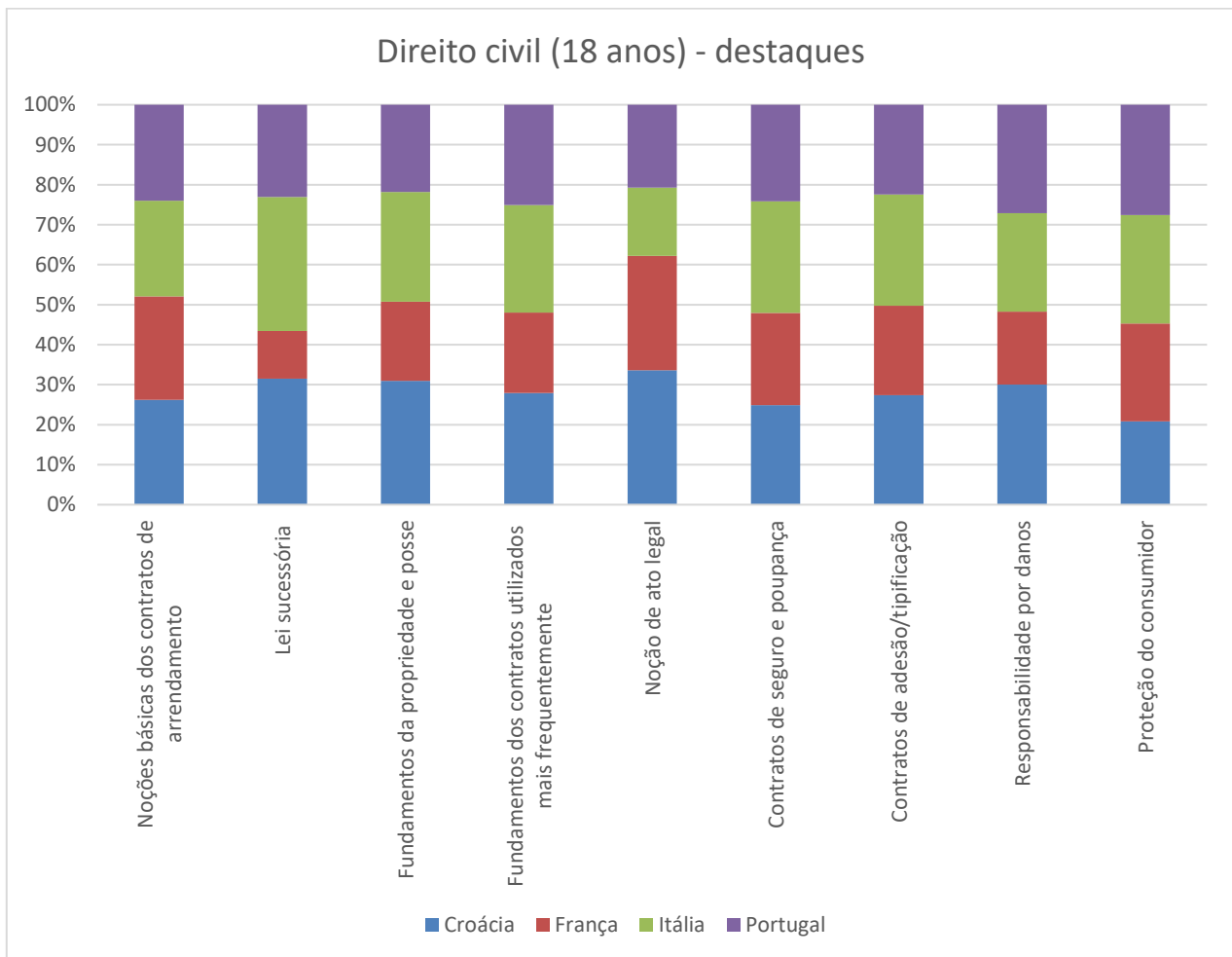
Os advogados italianos consideraram os fundamentos lei sucessória como o tópico mais importante, com 87% de classificação como relevante. 75% dos que responderam ao questionário encontraram os seguintes tópicos importantes para os jovens de 18 anos: noções básicas dos contratos utilizados mais frequentemente, noções básicas de contratos de arrendamento e noções básicas de contratos de seguro e de poupança. Os fundamentos da propriedade e posse são considerados importantes por 69% dos inquiridos. Os contratos de venda online e os contratos tipificados/aderentes foram classificados como relevantes por 62% dos inquiridos. Os



conceitos de personalidade e capacidade jurídica foram relevantes para 50% dos profissionais do direito, bem como as noções básicas de responsabilidade por danos.

Os profissionais do direito francês consideraram os fundamentos dos contratos de arrendamento os mais relevantes (81%). Os contratos de venda online e os princípios fundamentais de proteção do consumidor foram considerados importantes por 62% dos inquiridos, bem como os princípios básicos dos contratos de seguro e de poupança. Os contratos utilizados mais frequentemente foram relevantes para 56% dos inquiridos, enquanto os fundamentos da propriedade e posse e os contratos de adesão/tipificação foram importantes para 50% dos inquiridos.

Em Portugal, 75% dos inquiridos consideraram os princípios básicos dos contratos de arrendamento o tópico mais importante. Os fundamentos da proteção do consumidor foram considerados muito relevantes, bem como os fundamentos dos contratos utilizados mais frequentemente (70%). Estas duas categorias são seguidas de perto pelos princípios fundamentais do direito civil e os princípios básicos dos contratos de seguro e de poupança (65%). Para 55% dos inquiridos, os fundamentos da propriedade e posse e a responsabilidade por danos são tópicos importantes de instrução para os jovens de 18 anos, bem como os conceitos de personalidade e capacidade jurídica. Metade dos que responderam ao questionário consideraram relevantes os contratos de adesão/tipificação, enquanto apenas 45% dos inquiridos consideram relevantes os conceitos de ato jurídico e acordos de venda online para esta faixa etária.



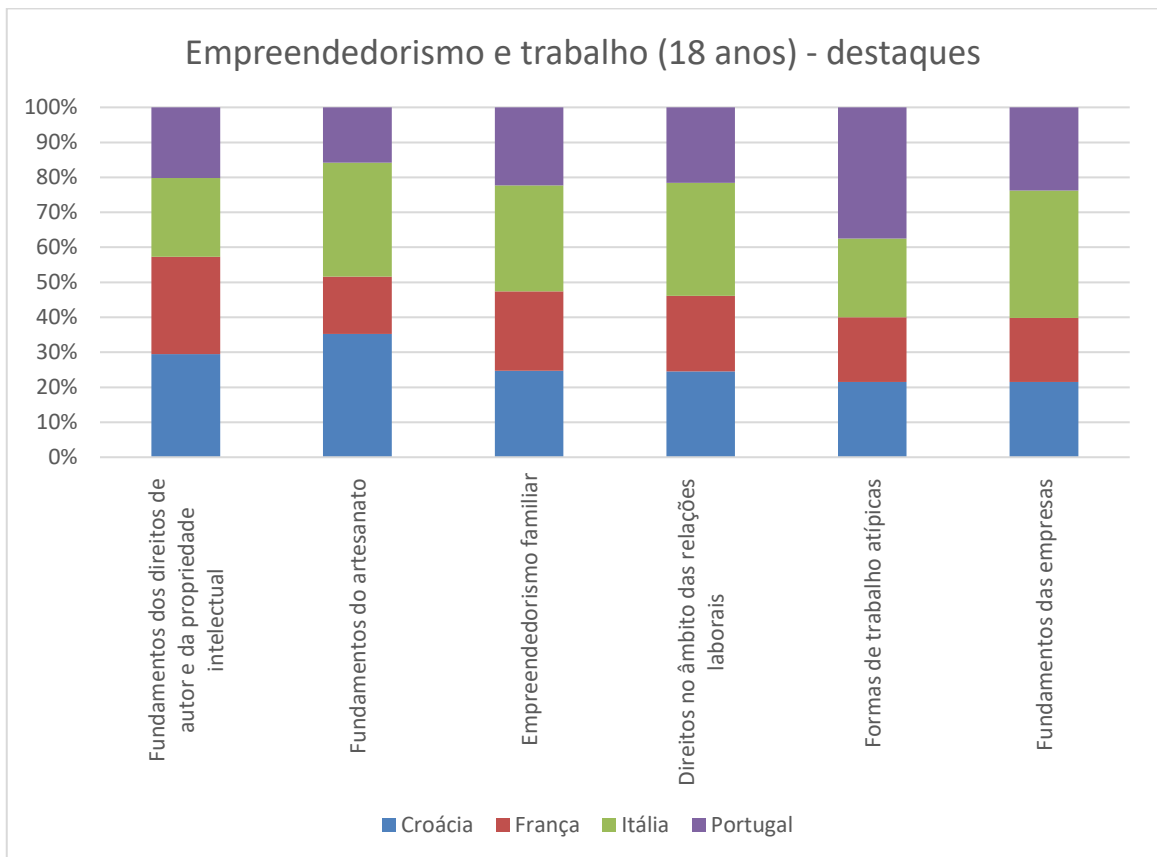
### 3.3.2.4. Empreendedorismo e trabalho

Tal como os Fundamentos do direito civil, o Empreendedorismo e trabalho contêm uma série de tópicos relevantes para esta faixa etária. Na Croácia, estes incluem os fundamentos dos direitos de autor e propriedade intelectual (73%), fundamentos do artesanato (67%), empreendedorismo familiar (61%), fundamentos das empresas (59%) e fundamentos dos direitos no âmbito das relações laborais (57%).

Em Itália, os fundamentos das empresas foram considerados mais relevantes, com 100% dos inquiridos a considerar que deveriam ser ensinados a jovens de 18 anos. 75% dos inquiridos consideraram importante o empreendedorismo familiar e os direitos básicos no âmbito das relações laborais. 62% encontraram o mesmo em relação ao artesanato e às *Creative Commons*. Formas de trabalho atípicas foram consideradas relevantes por 50% dos inquiridos.

Para os profissionais jurídicos franceses, os fundamentos dos direitos de autor e da propriedade intelectual são de primordial importância (69%), seguidos pelo empreendedorismo familiar (56%). As *Creative Commons* e as noções básicas sobre direitos no âmbito das relações laborais foram ambas consideradas relevantes por 50% dos inquiridos.

Em Portugal, 75% dos inquiridos consideraram que as formas de trabalho atípicas eram o tema de maior importância (75%), seguidos pelos fundamentos das empresas (65%) e o empreendedorismo familiar (55%). Três tópicos foram classificados como importantes por 50% dos inquiridos: fundamentos dos direitos de autor e propriedade intelectual, *Creative Commons* e fundamentos sobre direitos no âmbito das relações laborais.

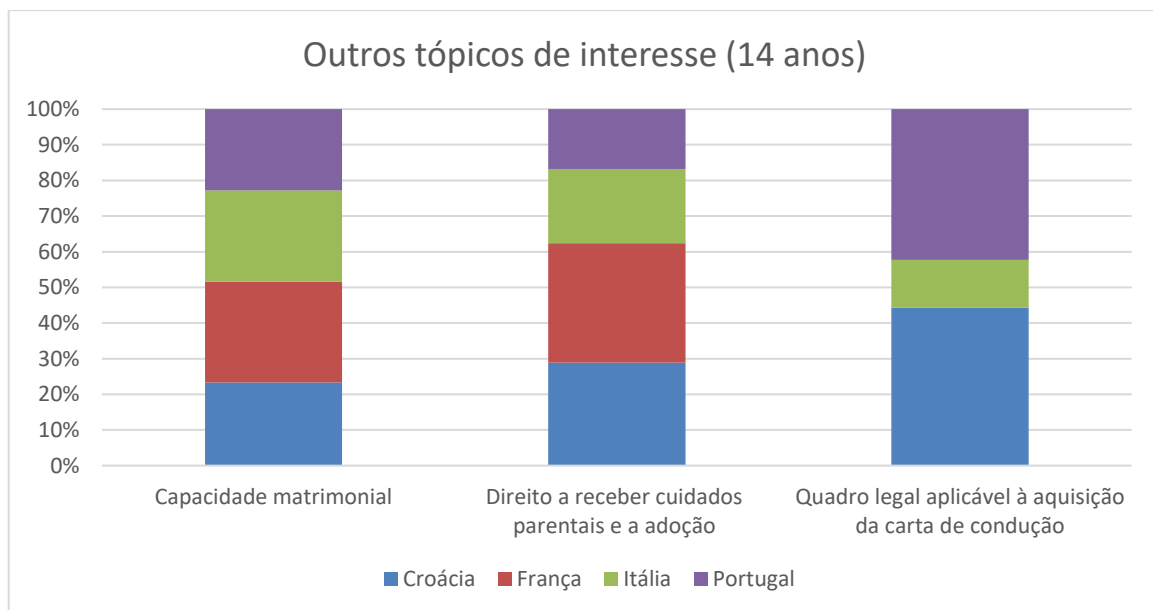


### 3.3.2.5. Outros tópicos de interesse para a literacia jurídica elementar para jovens de 18 anos

Em áreas dominadas por tópicos relevantes para jovens de 14 anos, surgiram vários tópicos que parecem ser significativos para os estudantes mais velhos. Iremos delinearlos de seguida.

Nas relações familiares, a capacidade matrimonial foi considerada relevante por 51% dos croatas inquiridos, 62% dos franceses, 56% italianos e 50% dos portugueses. Além disso, 50% dos juristas franceses consideraram que o direito a receber cuidados parentais e a adoção eram tópicos relevantes para os jovens de 18 anos, em oposição a 43% dos croatas e apenas 25% especialistas jurídicos portugueses.

Na vida privada e entretenimento, 63% dos inquiridos na Croácia consideraram o quadro legal aplicável à aquisição da carta de condução relevante para os jovens de 18 anos, com 60% dos seus homólogos portugueses a concordarem com esta avaliação. Os profissionais do direito francês, como já foi referido anteriormente, consideraram esta questão relevante para os estudantes mais jovens.



### 3.3.3. Tópicos menos relevantes ou totalmente irrelevantes para a literacia jurídica elementar

Finalmente, vamos agora analisar tópicos que ou não foram reconhecidos como suficientemente importantes para qualquer faixa etária ou foram considerados irrelevantes em uma ou várias jurisdições em que o questionário foi distribuído.

Em Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num Estado, os inquiridos croatas apresentaram uma votação dividida sobre os bens de interesse geral e público, com 45% dos peritos a

considerarem relevante para crianças de 14 anos, 45% a considerarem relevante para crianças de 18 anos e 10% a considerarem totalmente irrelevante. Os peritos franceses consideraram que os fundamentos da autonomia local não são relevantes para a literacia jurídica elementar (50%).

Nas Noções básicas do direito civil, os inquiridos franceses consideraram que a lei das sucessões é irrelevante para a literacia jurídica elementar (56%).

Em Empreendedorismo e trabalho, 56% dos peritos franceses consideraram o empreendedorismo familiar e os fundamentos do artesanato irrelevantes para a literacia jurídica elementar.

Na realidade virtual, a noção e a utilização de cripto moedas não foi considerada relevante para a literacia jurídica elementar em qualquer das faixas etárias.

## 3.4. Conclusão

Os resultados do questionário esboçam uma possível estrutura de conteúdo que pode ser incluída nos currículos de literacia jurídica elementar. Para crianças de 14 anos, as áreas de maior importância incluem Relações familiares, Realidade virtual e Vida privada e entretenimento e alguns dos tópicos relacionados com as Noções básicas da ordem jurídica e Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num estado. As Noções básicas do direito civil e Empreendedorismo e trabalho parecem ser muito mais importantes para os estudantes mais velhos. Os direitos e obrigações básicos ligados à vida num Estado e as Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado parecem ser importantes para os dois grupos, com alguns tópicos a serem mais focados aos estudantes mais jovens, enquanto outros são mais direcionados aos estudantes de 18 anos de idade. A divisão entre áreas e tópicos parece refletir os diferentes contextos em que se encontram os estudantes mais jovens e os mais velhos. Enquanto para os estudantes mais jovens as interações dentro da família e com os seus colegas são da maior importância, particularmente no que diz respeito às tecnologias que utilizam para promover esta interação, espera-se que os estudantes mais velhos estejam mais envolvidos em atividades comerciais e laborais, exigindo-lhes que sejam mais conhecedores do direito privado do que os seus colegas mais jovens.

Embora a natureza quantitativa do questionário possa fornecer percentagens facilmente acessíveis que parecem permitir a fácil introdução de tópicos individuais nos currículos de literacia jurídica elementar, os parceiros do projeto devem resistir à tentação de simplificar excessivamente os assuntos. Existem diferenças entre jurisdições que foram delineadas pelos parceiros do projeto nos seus relatórios nacionais. Alguns aspetos da literacia jurídica já foram, em alguns países como a França, integrados nos processos educativos existentes. O quadro de competências deve ser construído em torno disto, modificado para o contexto em que deve ser aplicado. Se fosse possível pensar num quadro de competências em abstrato e para além de uma ordem jurídica concreta, o projeto em si não seria necessário. Assim, a possibilidade de simplesmente compor um quadro de competências a partir de uma lista de tópicos díspares não deve ser seguida sem qualquer crítica.

No entanto, um quadro de competências não é redutível a um conjunto de tópicos, o que significa que o quadro elementar de competências jurídicas não pode ser reduzido a uma lista de tópicos. As competências incluem "uma capacidade de agir de forma consciente, apropriada e responsável, a fim de influenciar as mudanças no seu ambiente e na sociedade, confiando em métodos apropriados e eficientes adquiridos e assegurados através da educação, bem como pela aprendizagem ao longo da vida"<sup>12</sup>. Os resultados do questionário devem assim ser interpretados em paralelo com o material adquirido nos grupos-alvo e devem ser informados pelos recursos existentes que permitem uma cidadania ativa em cada jurisdição individual, porque a literacia jurídica é, em última análise, uma extensão das competências de um cidadão ativo e informado.

---

<sup>12</sup> Župančić, M.; Hasikić, A., Kompetencije odgojitelja, Varaždinski učitelj – digitalni stručni časopis za odgoj i obrazovanje, Vol. 5, No. 9, 2022, p. 3.

# 4. Conclusão

A surpreendente semelhança dos resultados da investigação nacional comparados e analisados provou a viabilidade de um quadro comum de competências de literacia jurídica para crianças de 14 e 18 anos de idade em todos os países parceiros do projeto (Croácia, França, Itália e Portugal). Ao mesmo tempo, existem particularidades nacionais importantes que têm de ser tidas em conta.

Com base nas respostas recolhidas de professores e estudantes que participaram em *focus groups*, tal como analisado no capítulo 2, é indubitável que é desejável e necessário elevar o nível de literacia jurídica. **Em termos de conteúdo**, o currículo deve basear-se nas áreas do direito que interessam aos jovens, ou seja, as áreas do direito que encontram na vida quotidiana, que vão desde os direitos das crianças, direitos dos estudantes, direitos dos consumidores, direitos dos doentes, direitos laborais, mas também direitos que teriam em caso de serem vítimas de violência. A ênfase deve ser colocada em como e onde esses direitos podem ser exercidos e em quem contactar para os ajudar a proteger os seus direitos quando violados. É da maior importância sublinhar que, para além dos direitos, todas as pessoas têm também deveres, e que é precisamente respeitando tanto os nossos direitos como os dos outros, mas também cumprindo os nossos deveres enquanto indivíduos, que contribuímos para a criação de uma sociedade de "coexistência pacífica". **Em termos de métodos**, os inquiridos concordam fortemente que métodos de ensino inovadores, interativos e interessantes devem ser utilizados para ensinar direito. A aprendizagem baseada em casos assentes em situações da vida que os estudantes encontram diariamente é um método que quase todos os inquiridos destacaram como desejável. Os professores devem adotar e desenvolver diferentes métodos que envolvam e motivem os estudantes, tais como simulações de julgamentos, dramatizações e discussões. Especialistas da área jurídica devem também ser incluídos nas aulas, para ajudar tanto professores como alunos, a compreender a forma como a lei deve ser exercida. Ao escolher advogados para participar na educação, deve ser dada atenção à escolha de profissionais (talvez ex-alunos dos professores) com conhecimentos e motivação adequados. O material didático deve ser de alta qualidade, interessante e diversificado. Parte do material deve ser definitivamente concebido e criado através de tecnologias avançadas: videoclips, conteúdo interativo online, e plataformas de fácil utilização com conteúdo informativo, blogs e podcasts. Finalmente, o pensamento crítico e a capacidade de encontrar fontes credíveis de informação são competências que devem ser desenvolvidas enquanto se promove a literacia jurídica.

As **conclusões do questionário para profissionais da área jurídica**, apresentadas no capítulo 3, esboçam uma possível estrutura de conteúdos que podem ser incluídos nos currículos de literacia jurídica elementar. Para jovens de 14 anos, as áreas de maior importância incluem Relações familiares, Realidade virtual e Vida privada e entretenimento e alguns dos tópicos relacionados com as Noções básicas da ordem jurídica e Direitos e obrigações básicas ligadas à vida num estado. As Noções básicas do direito civil e Empreendedorismo e trabalho parecem ser muito mais importantes para os estudantes mais velhos. Os direitos e obrigações básicos ligados à vida

num Estado e as Noções básicas da ordem jurídica e da organização do Estado parecem ser importantes para os dois grupos, com alguns tópicos a serem mais focados aos estudantes mais jovens, enquanto outros são mais direcionados aos estudantes de 18 anos de idade. A divisão entre áreas e tópicos parece refletir os diferentes contextos em que se encontram os estudantes mais jovens e os mais velhos

No entanto, **um quadro de competências não é redutível a um conjunto de tópicos**, o que significa que o quadro elementar de competências jurídicas não pode ser reduzido a uma lista de tópicos. Os resultados do questionário devem assim ser interpretados em paralelo com o material adquirido nos grupos-alvo e devem ser informados pelos recursos existentes que permitem uma cidadania ativa em cada jurisdição individual, porque a literacia jurídica é, em última análise, uma extensão das competências de um cidadão ativo e informado.

## Partners

### Coordinator

Forum Za Slobodu Odgoja – Croatia  
[www.fso.hr](http://www.fso.hr)

Faculty of Law University of Rijeka – Croatia  
[www.pravri.uniri.hr](http://www.pravri.uniri.hr)

Centro Per Lo Sviluppo Creativo Danilo Dolci – Italy  
[www.danilodolci.org](http://www.danilodolci.org)

Pistes Solidaires – France  
[www.pistes-solidaires.fr](http://www.pistes-solidaires.fr)

Inovat – Innovation Services – Portugal  
[www.inova.business](http://www.inova.business)

Agrupamento de Escolas de Vilela – Portugal  
[www.esvilela.pt](http://www.esvilela.pt)



pistes solidaires



# thelawproject.eu

The European Commission's support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Co-funded by  
the European Union